



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, janeiro/2004

**MINISTRO DA FAZENDA**

Antônio Palocci Filho

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Bernard Appy

**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**

Joaquim Vieira Ferreira Levy

**CHEFE DE GABINETE**

Paulo Márcio Neves Rodrigues

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

Almério Cançado de Amorim

José Antônio Gragnani

Luiz Tacca Júnior

Tarcísio José Massote de Godoy

**COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

**EQUIPE**

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabiano Mourão Vieira

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

**O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.df.stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN 1519-2970**

**Referência bibliográfica**

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 9, n. 11, nov. 2003. 36 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

Em 2003, o Governo Central registrou superávit primário de R\$ 39,6 bilhões, o equivalente a 2,59% do PIB estimado para o ano. O Tesouro Nacional obteve superávit de R\$ 66,2 bilhões, enquanto a Previdência Social e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 26,4 bilhões e R\$ 194,7 milhões, respectivamente. Em dezembro, o déficit do Governo Central de R\$ 5,7 bilhões está associado, dentre outros fatores, ao pagamento do 13º salário dos servidores do Poder Executivo federal e dos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

*O resultado primário do Governo Central em 2003 foi superavitário em R\$ 39,6 bilhões, aproximadamente 2,59% do PIB.*

**TABELA 1  
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)  
BRASIL, 2002-2003**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	NOV 2003	DEZ 2003	JAN-DEZ 2002 2003	
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>29.882,9</b>	<b>37.018,0</b>	<b>321.843,4</b>	<b>357.885,5</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>23.314,5</b>	<b>24.720,4</b>	<b>250.815,7</b>	<b>277.155,4</b>
I.1.1 Receita Bruta	25.576,5	27.015,0	259.502,6	289.738,0
I.1.2. (-) Restituições	-2.262,1	-2.104,6	-8.437,6	-12.392,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-190,0	-249,3	-190,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>6.568,5</b>	<b>12.297,6</b>	<b>71.027,7</b>	<b>80.730,1</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>5.391,2</b>	<b>4.933,4</b>	<b>56.139,7</b>	<b>60.226,2</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>24.491,8</b>	<b>32.084,6</b>	<b>265.703,6</b>	<b>297.659,3</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>22.182,8</b>	<b>37.778,4</b>	<b>233.236,8</b>	<b>257.817,4</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>6.503,5</b>	<b>9.098,0</b>	<b>73.305,4</b>	<b>78.068,7</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>9.790,2</b>	<b>16.552,8</b>	<b>88.026,7</b>	<b>107.134,8</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>5.852,8</b>	<b>12.070,6</b>	<b>71.904,7</b>	<b>72.088,9</b>
IV.3.1. Despesas do FAT	486,0	719,0	7.916,9	8.538,6
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	286,5	2.309,6	2.343,2	5.682,6
IV.3.3. Outras Despesas	5.080,3	9.042,1	61.644,7	57.867,7
<b>IV.4. Transferência ao Banco Central</b>	<b>36,4</b>	<b>56,9</b>	<b>0,0</b>	<b>525,0</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>2.309,0</b>	<b>-5.693,8</b>	<b>32.466,8</b>	<b>39.841,9</b>
V.1. Tesouro Nacional	5.530,6	-1.438,7	49.465,8	66.246,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-3.221,7	-4.255,2	-16.999,0	-26.404,7
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>-26,7</b>	<b>24,4</b>	<b>-777,5</b>	<b>-194,7</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>2.282,3</b>	<b>-5.669,5</b>	<b>31.689,4</b>	<b>39.647,2</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>2,35%</b>	<b>2,59%</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: DEZ2003/DEZ2002	
DISCRIMINAÇÃO	%
<b>Receitas</b>	<b>11,2%</b>
Tesouro	10,5%
Previdência	13,7%
<b>Transferências</b>	<b>7,3%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>12,0%</b>
<b>Despesas</b>	<b>10,5%</b>
Benefícios	21,7%
Pessoal	6,5%
Custeio e Capital	0,3%

No ano, o resultado do Tesouro Nacional foi R\$ 16,8 bilhões (33,9%) superior ao obtido em 2002, compensando o aumento de R\$ 9,4 bilhões (55,3%) no déficit da Previdência Social. O Banco Central, por sua vez, reduziu o déficit das suas operações primárias em R\$ 582,8 milhões. As receitas do Governo Central cresceram R\$ 36,0 bilhões (11,2%) atingindo o montante de R\$ 357,9 bilhões abaixo, portanto, do crescimento médio dos índices de preços de 2003 frente 2002, e.g. INPC (17,0%).

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-DEZ (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Tesouro Nacional	3,67%	4,33%
Previdência Social	-1,26%	-1,73%
Banco Central	-0,06%	-0,01%
<b>Governo Central</b>	<b>2,35%</b>	<b>2,59%</b>

*Em 2003, apesar do aumento do déficit da Previdência como proporção do PIB, o Governo Central conseguiu administrar suas contas*

As transferências a estados e municípios aumentaram R\$ 4,1 bilhões (7,3%), totalizando R\$ 60,2 bilhões. As despesas, por sua vez, cresceram R\$ 24,6 bilhões (10,5%), somando R\$ 257,8 bilhões.

Em relação ao PIB, houve, em 2003, redução da participação do Governo Central na economia: as receitas diminuíram de 23,94% do PIB, em 2002, para 23,45% em 2003; as transferências caíram de 4,17% para 3,94%; e as despesas passaram de 17,42% do PIB para 16,92%.

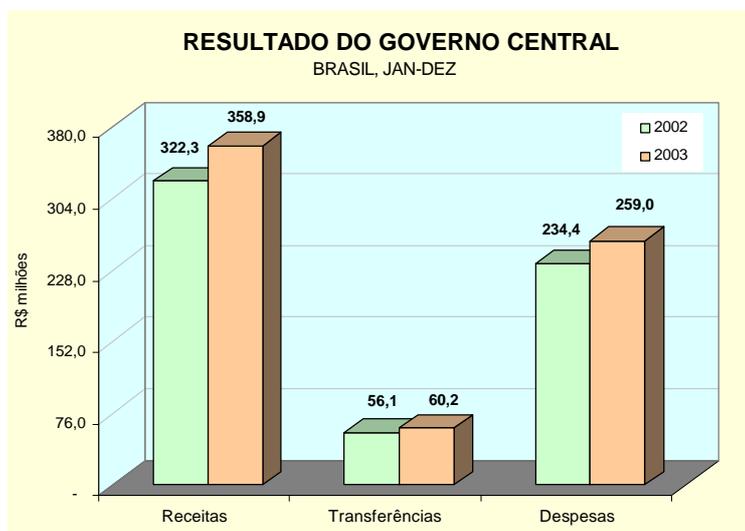
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-DEZ (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Receita Total	23,94%	23,45%
Transferências	4,17%	3,94%
<b>Receita Líquida</b>	<b>19,77%</b>	<b>19,51%</b>
Despesa Total	17,42%	16,92%
<b>Resultado Primário</b>	<b>2,35%</b>	<b>2,59%</b>

A redução da receita do Governo Central como proporção do PIB deve-se à desaceleração da atividade econômica no primeiro semestre do ano – sobretudo da atividade industrial – e à melhora gradual de indicadores financeiros que servem de base à tributação, como a taxa de juros e o câmbio. Esse comportamento teve impacto negativo sobre a arrecadação dos principais impostos, em especial aqueles partilhados com estados e municípios: IPI e Imposto de Renda. Além disso, não se repetiu, em 2003, o mesmo comportamento observado no ano anterior quanto à entrada de receitas atípicas: enquanto em 2002 essas somaram R\$ 18,5 bilhões, devido inclusive a uma série de Medidas Provisórias, o Tesouro Nacional arrecadou apenas R\$ 7,9 bilhões em “receitas extraordinárias” em 2003. Também contribuíram para um menor dinamismo da arrecadação os seguintes fatores: i) decisões judiciais desfavoráveis à Receita Federal relacionadas à Contribuição por Intervenção no Domínio Econômico (CIDE-Combustíveis) e ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e ii) reestruturação de alíquotas do Imposto de Importação (II) e do IPI, este com redução em setores importantes como produtos químicos, metalurgia básica e automóveis.

*A redução na receita este ano decorreu, em boa parte, do menor volume de ingressos atípicos, das contestações judiciais, da retração da produção industrial e da redução das alíquotas do IPI e do II.*

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-DEZ (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Receitas do Tesouro (*)	18,6%	18,1%
Transferências	4,2%	3,9%
Despesas do Tesouro	10,8%	9,8%
<b>Resultado Primário</b>	<b>3,7%</b>	<b>4,3%</b>

(\*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

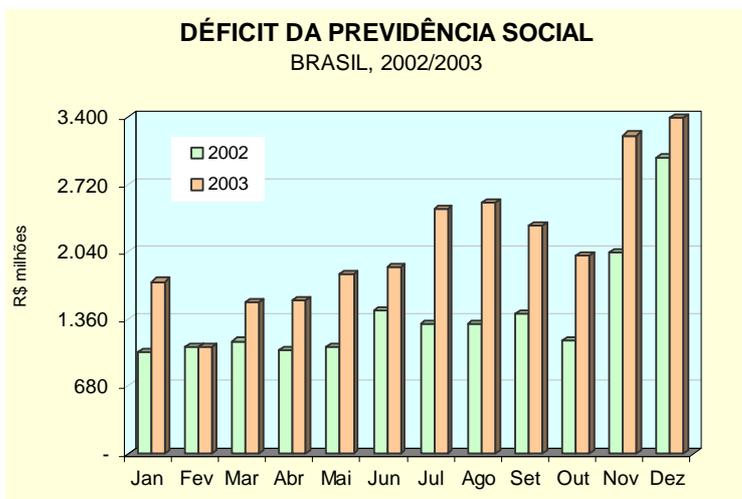


As transferências a estados e municípios caíram como proporção do PIB devido à redução das receitas partilhadas em 2003 *vis-à-vis* 2002. Observou-se, no entanto, aumento das transferências de *royalties*, em função da arrecadação da cota-parte de compensações financeiras influenciada pela alta do preço internacional do petróleo, pelo câmbio e pelo aumento da produção petrolífera.

Os gastos com pessoal e encargos sociais ficaram R\$ 4,8 bilhões (6,5%) acima do realizado no ano anterior, em decorrência do crescimento vegetativo da folha salarial e dos efeitos da reestruturação, ao longo do segundo semestre de 2002, de carreiras estratégicas do funcionalismo. Também contribuíram para a dinâmica desses gastos a revisão geral de 1,0% na remuneração e subsídios dos servidores, bem como a concessão de vantagem pecuniária individual no valor de R\$ 59,87 por mês. Ainda assim, como proporção do PIB, houve redução em 0,35 ponto percentual nessas despesas.

As despesas com custeio e capital mantiveram-se praticamente no mesmo nível de 2002 (R\$ 72,1 bilhões em 2003, contra R\$ 71,9 bilhões em 2002), diminuindo sua participação em relação ao PIB em 0,63 ponto percentual. Em percentual do PIB, mantiveram-se praticamente constantes as despesas com abono e seguro-desemprego do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e cresceram os subsídios e subvenções econômicas. Por outro lado, houve redução nas despesas com custeio e capital dos órgãos da administração pública. Vale ressaltar que a execução dos gastos pelos ministérios das áreas sociais (Saúde, Educação, Assistência e Promoção Social e Previdência Social) atingiu 99,0% dos limites de pagamento ao final de dezembro, contra 96,0% de execução pelos demais ministérios.

*As despesas com custeio e capital apresentaram redução de 0,63 ponto percentual do PIB em 2003.*



*O aumento do déficit da Previdência Social deve-se ao crescimento do valor médio dos benefícios previdenciários, na esteira da plena correção monetária passada, que não foi totalmente acompanhada pelos salários. Além disso, boa parte do aumento do emprego formal ocorreu em setores que se beneficiam das renúncias previdenciárias.*

Por fim, o déficit da Previdência Social atingiu R\$ 26,4 bilhões no ano, R\$ 9,4 bilhões (55,3%) superior ao realizado em 2002. Como proporção do PIB, esse resultado passou de 1,26% para 1,73%. O ritmo de crescimento do déficit previdenciário é consequência do maior dinamismo dos gastos com benefícios (que cresceram 21,7% no ano), impulsionados pelo pleno reajuste da inflação passada, bem como pela ampliação do contingente de novos benefícios (cerca de 800 mil), em relação à arrecadação observada nas contribuições previdenciárias (crescimento de apenas 13,7 % no ano), a qual está associada à massa salarial do setor formal. De fato, enquanto as receitas previdenciárias permaneceram praticamente constantes em 5,27% do PIB, os benefícios cresceram de 6,54%, em 2002, para 7,00% em 2003.

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA  
BRASIL, JAN-DEZ (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Contribuição	5,28%	5,27%
Benefícios	6,54%	7,00%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1,26%</b>	<b>-1,73%</b>

**Receitas do Tesouro  
em relação ao mês  
anterior**

*Em dezembro, a receita bruta do Tesouro totalizou R\$ 27,0 bilhões, sendo R\$ 1,4 bilhão superior à arrecadação em novembro.*

Em dezembro de 2003, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 27,0 bilhões, representando incremento de R\$ 1,4 bilhão em relação a novembro. Este comportamento é explicado, em parte, pelo aumento da arrecadação do IRRF-Rendimentos do Trabalho (R\$ 1,4 bilhão) em virtude da tributação do 13º salário e da ocorrência de cinco semanas de fato gerador no mês contra quatro semanas em novembro. Este último fato contribuiu, em particular, para o acréscimo de receita da CPMF (R\$ 319,2 milhões) e do IOF (R\$ 37,8 milhões).

Tais incrementos, acrescidos dos efeitos sazonais relativos à maior atividade econômica do mês de dezembro, mais do que compensaram a redução observada no IRPJ (R\$ 1,7 bilhão), cuja arrecadação no mês anterior foi influenciada pela ocorrência de depósitos judiciais. Abstraindo-se os impostos e contribuições, as demais receitas do Tesouro Nacional perfizeram R\$ 1,9 bilhão, permanecendo no mesmo patamar de arrecadação do mês anterior.

**Receitas do Tesouro  
em relação ao ano  
anterior**

A receita bruta do Tesouro Nacional, no período de janeiro a dezembro de 2003, totalizou R\$ 289,7 bilhões, equivalente a 18,9% do PIB, contra 19,3% do PIB em igual período do ano anterior, quando fez R\$ 259,5 bilhões. Nas receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, a redução comparada ao PIB decorreu, principalmente, do maior volume de arrecadação atípica verificada em 2002, como as decorrentes das Medidas Provisórias nº 2.222 e nº 38, expedidas em 04/09/2001 e 14/05/2002, com prazos estendidos pelas Medidas Provisórias nº 66 e nº 75, de 29/08/2002 e 24/10/2002, que arrecadaram R\$ 14,5 bilhões ao permitir o pagamento de débitos em atraso, além do pagamento de IRPJ pelos fundos de pensão na primeira metade do ano.

Cabe destacar, por outro lado, a arrecadação extra em 2003 de IRPJ e CSLL de entidades estatais (R\$ 2,2 bilhões), depósitos judiciais/administrativos e conversão de depósitos (R\$ 3,9 bilhões) e o incremento das receitas de IRRF sobre rendimentos de capital (R\$ 2,7 bilhões), em virtude, principalmente, da elevada arrecadação de fundos de renda fixa que apresentaram maior movimentação no período.

As receitas do IPI, por sua vez, diminuíram de 1,5% para 1,3% do PIB, em função de decisões judiciais favoráveis a contribuintes e da redução de alíquotas em produtos químicos, metalurgia básica e automóveis.

As receitas de contribuições totalizaram 8,8% do PIB, ficando 0,2 ponto percentual superior ao registrado em 2002. Esse aumento está associado à maior arrecadação da CSLL (0,1 ponto percentual do PIB), pelo já visto incremento de depósitos judiciais, e de Outras contribuições (0,12 ponto percentual do PIB), pela maior arrecadação do PIS/PASEP, ocorrida em face, principalmente, da incorporação de insumos importados à base de cálculo do imposto.

A CIDE-Combustíveis apresentou redução de 0,05 ponto percentual do PIB, em virtude de decisões judiciais favoráveis a contribuintes, não obstante o aumento de aproximadamente 8% do número de meses de arrecadação, visto que a arrecadação em 2002 ter se iniciado somente no mês de fevereiro.

As Demais receitas do Tesouro atingiram R\$ 29,9 bilhões em 2003, contra R\$ 26,0 bilhões no ano anterior, mantendo-se em 2,0% do PIB nos dois anos. A arrecadação da cota-parte de compensações financeiras passou de R\$ 7,2 bilhões para R\$ 10,9 bilhões, em decorrência da alta do preço internacional do petróleo e do câmbio, bem como do aumento da produção petrolífera. Esse crescimento mais que compensou a queda de R\$ 1,4 bilhão verificada nas receitas com concessões que, em 2002, refletiram arrecadação decorrente dos leilões das bandas “D” e “E”.

Os dividendos pagos à União totalizaram R\$ 3,8 bilhões em 2003, contra R\$ 3,2 bilhões em 2002. Os principais recolhimentos referem-se à: Caixa Econômica Federal (R\$ 1,0 bilhão), à Petrobras (R\$ 942,3 milhões), ao BNDES (R\$ 606,6 milhões) e ao Banco do Brasil (R\$ 448,2 milhões).

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-DEZ (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
<b>Impostos</b>	<b>8,8%</b>	<b>8,2%</b>
Imposto de Renda	6,4%	6,1%
IPI	1,5%	1,3%
Outros	0,9%	0,8%
<b>Contribuições</b>	<b>8,6%</b>	<b>8,8%</b>
Cofins	3,9%	3,9%
CPMF	1,5%	1,5%
CSLL	1,0%	1,1%
Cide - Combustíveis	0,5%	0,5%
Outras	1,7%	1,8%
<b>Demais</b>	<b>1,9%</b>	<b>2,0%</b>
Dividendos da União	0,2%	0,3%
Concessões	0,1%	0,0%
Outras	1,6%	1,7%
<b>Total Bruto</b>	<b>19,3%</b>	<b>18,9%</b>

## Transferências a Estados e Municípios

Em dezembro, as transferências a Estados e Municípios atingiram R\$ 4,9 bilhões, contra R\$ 5,4 bilhões em novembro. A diferença é explicada pelo repasse em novembro referente ao pagamento da primeira cota ou cota única do IRPJ referente à declaração trimestral do período encerrado em setembro – cuja transferência deu-se, conforme prevê a legislação, no primeiro decêndio de novembro – e pela maior arrecadação da cota-parte de compensações financeiras, em virtude do já comentado recolhimento trimestral da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

No ano de 2003, as transferências a Estados e Municípios perfizeram R\$ 60,2 bilhões (3,94% do PIB), contra R\$ 56,1 bilhões (4,17% do PIB) em 2002. Assim, não obstante as transferências, em termos nominais, terem apresentado incremento de R\$ 4,1 bilhões, em relação ao PIB observa-se retração de 0,23 ponto percentual. Essa redução decorre dos efeitos já mencionados dos recolhimentos atípicos do IRPJ em 2002 e da diminuição na arrecadação do IPI em 2003.

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS  
BRASIL, 2003 (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	NOV	DEZ
Constitucionais	3.909,3	4.081,3
Desoneração do ICMS	265,9	265,9
Demais	1.215,9	586,2
<b>Total</b>	<b>5.391,2</b>	<b>4.933,4</b>

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS  
BRASIL, JAN-DEZ (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Constitucionais	3,31%	3,02%
Desoneração do ICMS	0,29%	0,25%
Demais	0,56%	0,66%
<b>Total</b>	<b>4,17%</b>	<b>3,94%</b>

Enquanto as transferências referentes à desoneração do ICMS reduziram-se de 0,29% para 0,25% do PIB, as demais transferências a Estados e Municípios aumentaram de 0,56% para 0,66% do PIB, em razão, principalmente, do incremento verificado em 2003 dos repasses dos *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

## Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 21,2 bilhões em dezembro, contra R\$ 12,4 bilhões no mês anterior. O crescimento de R\$ 8,8 bilhões (71,3%) está concentrado nas despesas com custeio e capital, cujo aumento foi de R\$ 6,2 bilhões, e de pessoal e encargos sociais, cujo aumento foi de R\$ 2,6 bilhões. No item de custeio, R\$ 2,0 bilhões referem-se às despesas com subsídios e subvenções econômicas e R\$ 4,0 bilhões aos demais gastos de custeio e capital.

O aumento da despesa com pessoal e encargos sociais de R\$ 6,5 bilhões, em novembro, para R\$ 9,1 bilhões, em dezembro, é explicado pelo pagamento de 13º salário e férias do funcionalismo público do Poder Executivo.

As despesas de custeio e capital atingiram R\$ 12,1 bilhões, contra R\$ 5,9 bilhões no mês anterior, ratificando, em grande medida, o caráter sazonal desse agregado, com maior concentração nos últimos meses do ano. Com efeito, em dezembro, foram efetuados pagamentos pelos diversos órgãos da administração pública, cuja liberação dos recursos por parte do Tesouro Nacional já havia sido efetuada em meses anteriores, aos quais se somaram as ampliações de R\$ 1,7 bilhão nos limites orçamentários e R\$ 0,8 bilhão nos limites financeiros observadas no mês (Decretos nº 4.913, de 11/12/2003, nº 4.926, de 22/12/2003 e nº 4.938, de 30/12/2003).

*As despesas do Tesouro Nacional no mês são explicadas, em grande medida, pela aceleração das despesas discricionárias.*

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2003 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV	DEZ
Pessoal e Encargos	6.503,5	9.098,0
Custeio e Capital	5.852,8	12.070,6
Despesas do FAT	486,0	719,0
Subsídios e Subvenções	286,5	2.309,6
Outras	5.080,3	9.042,1
Transferência ao Bacen	36,4	56,9

#### Boxe 1 – Decretos de Programação Financeira de 2003

Em novembro, foi efetuada a avaliação do 5º bimestre do exercício de 2003, com o objetivo de assegurar o cumprimento das metas fixadas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Na oportunidade, ficou demonstrada a possibilidade de ampliação dos limites de movimentação e empenho dos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União (MPU) em R\$ 1,9 bilhão e dos respectivos limites de pagamento em R\$ 324,0 milhões sem comprometer a obtenção das referidas metas. Em relação ao Poder Executivo, a ampliação foi efetivada ao final de novembro por intermédio do Decreto nº 4.894, de 25/11/2003. Por outro lado, na esteira da análise da receita efetivamente arrecadada no mês de novembro, a receita para o final do ano foi reestimada com um acréscimo líquido de R\$ 532,6 milhões. Essa reestimativa permitiu a ampliação, por meio do Decreto nº 4.913, de 11/12/2003, dos limites para movimentação e empenho e dos limites de pagamento estabelecidos pelo Decreto nº 4.894/2003, em R\$ 657,8 milhões e em R\$ 452,0 milhões, respectivamente. Posteriormente, em decorrência do significativo esforço de redução dos valores inscritos em "Restos a Pagar", foram cancelados R\$ 367,0 milhões em expectativas de despesa em relação ao previsto no Decreto nº 4.894/2003. O êxito na execução de tal política possibilitou, assim, a ampliação dos limites de movimentação e empenho do Poder Executivo em igual montante, conforme estabelecido no Decreto nº 4.926, de 22/12/2003. Por fim, ao final de dezembro, verificou-se a possibilidade de cancelamento de mais R\$ 285,0 milhões, relativos a "Restos a Pagar" inscritos ainda no exercício financeiro de 2001, até o final do corrente ano, o que permitiu a ampliação no mesmo montante dos limites de movimentação e empenho do Poder Executivo, de acordo com Decreto nº 4.938, de 30/12/2003.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, 2003 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	NOV	DEZ
	2003	2003
<b>Agricultura</b>	<b>118,3</b>	<b>307,9</b>
Custeio Agropecuário	66,1	35,3
Investimento Rural	13,4	0,0
Preços Agrícolas	8,0	149,7
- EGF	10,1	1,1
- AGF	-2,1	149,2
- Sustentação de preços	0,0	-0,6
Pronaf	30,7	122,8
<b>Outros</b>	<b>48,2</b>	<b>1.823,9</b>
Exportação (Proex)	44,8	316,4
Habituação (PSH)	0,2	4,2
Securitização Lei 9.138/95	3,2	1.503,3
<b>Total</b>	<b>166,5</b>	<b>2.131,8</b>

No âmbito do Programa de Operações Oficiais de Crédito, verificou-se despesa de R\$ 2,1 bilhões no mês em análise contra R\$ 166,5 milhões em novembro. Tal variação pode ser explicada, em grande parte, pela apropriação do subsídio de R\$ 1,5 bilhão relativo a securitização agrícola, com base nas Leis nº 9.138/1995, nº 9.866/1999 nº 10.437/2002 e nº 10.696/2003. Destacam-se, ainda, no mês: i) o incremento de R\$ 271,6 milhões nos gastos com equalização de taxas de juros no âmbito do Programa de Financiamento das Exportações (Proex); e ii) o aumento de R\$ 151,3 milhões nos dispêndios com o Programa Aquisição do Governo Federal (AGF), em função do exercício por parte dos produtores de opções de venda de café.

## Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

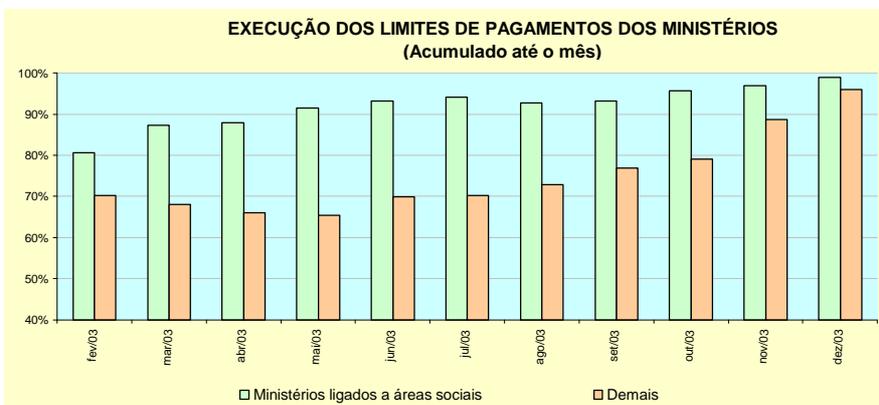
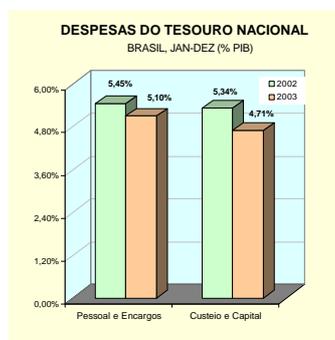
No ano, as despesas do Tesouro Nacional alcançaram 9,85% do PIB, apresentando redução de 0,94 ponto percentual em relação às verificadas no ano anterior. Os gastos com pessoal e encargos sociais apresentaram redução de 0,35 ponto percentual, e os dispêndios com custeio e capital apresentaram queda correspondente a 0,63 ponto percentual, concentrando-se na rubrica “outras despesas de custeio e capital”. Por outro lado, as despesas com subsídios e subvenções econômicas apresentaram incremento de 0,20 ponto percentual.

Em termos nominais, a rubrica “pessoal e encargos sociais” elevou-se em R\$ 4,8 bilhões (6,5% em relação ao ano anterior) devido ao crescimento vegetativo da folha salarial, à reestruturação de algumas carreiras estratégicas, ao pagamento de precatórios e à incorporação do aumento linear de 1,0% ao funcionalismo público federal, com efeito financeiro a partir de julho de 2003, bem como da vantagem pecuniária individual de R\$ 59,87.

Os gastos sob a rubrica “outras despesas de custeio e capital” passaram de 4,58% do PIB, em 2002, para 3,78% do PIB em 2003. O percentual de execução do limite de pagamento dos dispêndios realizados pelos ministérios das áreas sociais (Saúde, Educação, Assistência e Promoção Social e Previdência Social) atingiu 99,0% ao final de dezembro, contra 95,6% em novembro. Por sua vez, os demais ministérios atingiram nível de execução de 96,0% ante 79,0% verificada no mês anterior.

Dos restos a pagar vindos de 2002, R\$ 5,1 bilhões foram pagos ao longo de 2003, restando ainda R\$ 1,4 bilhão a serem pagos. O Decreto nº 4.949/2004 prorrogou até 31/12/2004 o pagamento de restos a pagar de 2002 e anteriores, liquidados até 31/12/2003. Para o exercício financeiro de 2003, o Decreto limitou em R\$ 3,2 bilhões a inscrição dos restos a pagar não processados. A redução de restos a pagar é importante porque esse tipo de despesa concorre com a execução orçamentária anual, potencialmente limitando a ação do governo.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-DEZ (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>5,45%</b>	<b>5,10%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>5,34%</b>	<b>4,71%</b>
Despesas do FAT	0,59%	0,56%
Subsídios e Subvenções	0,17%	0,37%
Outras	4,58%	3,78%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,03%</b>





As despesas do Fundo de Amparo e Trabalhador (FAT) apresentaram ligeira queda em relação ao PIB (0,03 ponto percentual), apesar do crescimento nominal das despesas com seguro desemprego. Em termos nominais, esses gastos atingiram R\$ 8,5 bilhões em 2003, 7,9% superior ao ano anterior, o equivalente a 0,56% do PIB. Observou-se o crescimento das despesas com seguro desemprego e abono salarial, que passaram de R\$ 7,1 bilhões, em 2002, para R\$ 8,1 bilhões, em 2003 (14%). O incremento dessas despesas deveu-se, principalmente, ao aumento do salário-mínimo ocorrido em abril, com reflexo nessas despesas a partir daquele mês.

Os gastos com subsídios à agricultura, às exportações e à habitação para população de baixa renda aumentaram em 129,1%, atingindo o montante de R\$ 4,8 bilhões em 2003, contra R\$ 2,1 bilhões no ano anterior. Especificamente, os subsídios à agricultura elevaram-se em R\$ 1,3 bilhão face, sobretudo, ao incremento de R\$ 929,0 milhões no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF) decorrente da mudança líquida de estoques nos dois anos. Em 2002, verificou-se receita líquida de R\$ 575,2 milhões, influenciada pela venda de produtos agrícolas – principalmente milho e arroz – enquanto, em 2003, observou-se despesa líquida de R\$ 353,9 milhões, decorrente do aumento do estoques reguladores de café. Os subsídios às exportações destinados à equalização de taxa de juros no âmbito do Proex praticamente dobraram (+97,2%), alcançando R\$ 917,3 milhões e refletindo a prioridade do governo em ampliar o apoio às exportações brasileiras, com financiamento de longo prazo para exportadores de produtos brasileiros.

Em dezembro, a Previdência Social apresentou déficit primário de R\$ 4,3 bilhões, 32,1% acima do verificado no mês anterior. O crescimento do déficit em dezembro é explicado pelo aumento sazonal da despesa com benefícios referentes ao pagamento do 13º salário dos aposentados e pensionistas. A tabela abaixo resume essas informações.

### Boxe 2 – Decreto de Programação Financeira

O Decreto nº 4.959/2004 estabeleceu os limites de execução para custeio e investimentos em 6% das dotações orçamentárias autorizadas na Lei Orçamentária de 2004 (Lei nº 10.837, de 16/01/2004), até que se proceda a uma melhor avaliação das receitas e despesas constantes da Lei Orçamentária de 2004. A proposta de liberar parcialmente as dotações atende, em especial, às necessidades dos diversos Ministérios e Órgãos da Presidência da República para a manutenção das ações e dos serviços a serem prestados no período. A restrição de execução orçamentária e financeira é indispensável para que o Governo tenha tempo para uma análise mais aprofundada de suas prioridades, bem como reavaliar todos os itens de receita e de despesa da Lei aprovada para fins de fixação de teto de execução da despesa em patamar compatível com a obtenção do superávit primário constante do Anexo de Metas Fiscais da LDO-2004. Ficam excluídas da limitação as despesas obrigatórias da União, tais como pagamento de pessoal, benefícios da Previdência, serviço da dívida, entre outros.

#### OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN-DEZ (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
<b>Agricultura</b>	<b>486,6</b>	<b>1.763,5</b>
Custeio Agropecuário	186,5	356,2
Investimento Rural	147,6	259,2
Preços Agrícolas	-443,8	396,1
- EGF	13,4	16,4
- AGF	-575,2	353,9
- Sustentação de preços	117,9	25,8
Pronaf	596,4	569,4
Pesa	0,0	182,1
Cacau	0,0	0,6
<b>Outros</b>	<b>1.594,1</b>	<b>3.004,3</b>
Securitização	1.072,3	1.928,4
Habitação (PSH)	56,7	158,5
Exportação (Proex)	465,2	917,3
<b>Total</b>	<b>2.080,8</b>	<b>4.767,8</b>

### Previdência Social

*Em dezembro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 4,3 bilhões. No ano, o déficit primário acumulado atingiu R\$ 26,4 bilhões, equivalente a 1,73% do PIB.*

### Boxe 3 – Pagamento de Precatórios de Benefícios

O art. 28 da Lei 10.524, de 25/07/2002, (LDO 2003) estabeleceu que as dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de precatórios, inclusive os relativos a benefícios previdenciários, passariam a ser integralmente descentralizadas aos Tribunais. Dada a mudança na unidade gestora responsável pelo pagamento, bem como dificuldades na apuração isolada destes gastos, os mesmos foram incluídos na rubrica de despesa de custeio e capital, juntamente com os demais precatórios.

A partir de identificação precisa de tais valores pode-se, no mês de dezembro, realizar realocação do pagamento dos precatórios com benefícios previdenciários, retirando-se tais gastos da rubrica de custeio e capital do Tesouro Nacional e passando a integrar gastos com benefícios previdenciários. Ressalta-se que, tal procedimento não afeta o resultado do Governo Central, uma vez que foi realizada apenas realocação nas rubricas de despesa.

#### RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-DEZ (% PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Contribuição	5,28%	5,27%
Benefícios	6,54%	7,00%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1,26%</b>	<b>-1,73%</b>

**TABELA 2  
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
BRASIL, 2002-2003**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	NOV	DEZ	JAN-DEZ	
	2003	2003	2002	2003
<b>I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>6.568,5</b>	<b>12.297,6</b>	<b>71.027,7</b>	<b>80.730,1</b>
Arrecadação Bruta	7.223,8	12.858,2	76.640,5	87.164,3
- Contribuição Previdenciária	6.732,5	12.131,7	71.848,5	81.682,8
- Simples	341,9	352,5	2.810,3	3.393,6
- CDP	0,0	0,0	175,0	0,0
- CFT	57,7	78,2	495,2	493,5
- Depósitos Judiciais	57,8	278,3	772,2	1.170,6
- Refis	20,1	17,5	400,3	303,2
- Outras Receitas	13,8	0,0	139,1	120,6
(-) Restituição/Devolução	-109,9	-33,7	-419,2	-456,5
(-) Transferências a Terceiros	-545,4	-526,9	-5.193,6	-5.977,7
<b>II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>9.790,2</b>	<b>16.552,8</b>	<b>88.026,7</b>	<b>107.134,8</b>
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-3.221,7</b>	<b>-4.255,2</b>	<b>-16.999,0</b>	<b>-26.404,7</b>
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-1,26%</b>	<b>-1,73%</b>

A arrecadação líquida, quando comparada ao mês anterior, apresentou aumento de 87,2%, atingindo R\$ 12,3 bilhões, crescimento este explicado pela contribuição dos ativos incidente sobre o décimo-terceiro salário. Do lado das despesas com benefícios previdenciários, ocorreu aumento nominal da ordem de 69,1%, atingindo R\$ 16,6 bilhões. Esse acréscimo se deve ao pagamento do 13º salário, excluindo os beneficiários que receberam no 1º dia útil de dezembro, e cujo impacto na conta única do Tesouro Nacional ocorreu no mês de novembro.

No ano, a arrecadação líquida atingiu R\$ 80,7 bilhões, representando um acréscimo nominal de 13,7% em relação à verificada em 2002. Em percentual do PIB, a arrecadação corresponde a 5,27 pontos percentuais em 2003, permanecendo no mesmo nível do ano de 2002.

As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 107,1 bilhões, superando em R\$ 19,1 bilhões o montante observado em 2002, quando perfizeram R\$ 88,0 bilhões. Esse acréscimo é decorrente tanto de um aumento de 17,8% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo o reajuste do salário-mínimo a partir de abril de 2003 (com impacto no caixa a partir de maio) e reajuste dos demais benefícios a partir de junho de 2003 (com impacto no caixa a partir de julho), quanto de um aumento de 817,1 mil na quantidade média de benefícios pagos no ano de 2003.

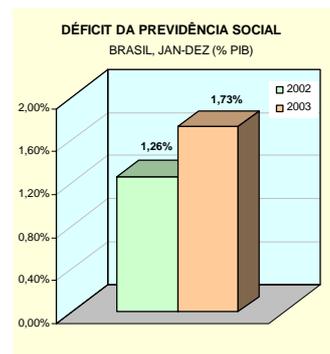
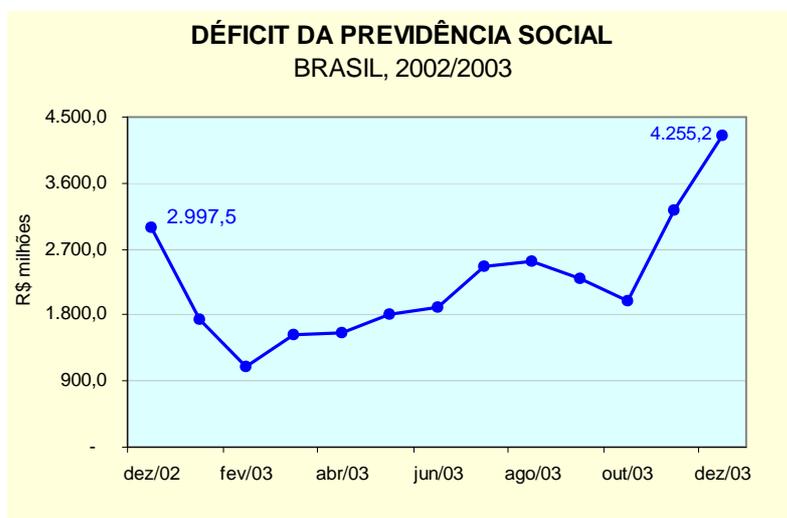
A média mensal do estoque de benefícios em 2003 apresentou os seguintes incrementos em relação a 2002: i) 358,9 mil (3,1%) nas aposentadorias; ii) 201,3 mil (27,5%) nos auxílios – doença; iii) 109,8 mil (5,0%) nos benefícios assistenciais; iv) 140,4 mil (2,7%) nas pensões por morte;

e v) 17,8 mil (2,5%) nos benefícios acidentários. Por outro lado, houve queda de 14,0 mil benefícios (10,1%) com salário-maternidade. Essa diminuição é explicada pela mudança na legislação previdenciária introduzida pela Lei nº 10.710, que restabeleceu, a partir de setembro de 2003, o pagamento do salário-maternidade pela empresa e não mais pela Previdência Social, salvo no caso da trabalhadora avulsa.

O déficit primário do RGPS acumulado em 2003 totalizou R\$ 26,4 bilhões, apresentando elevação nominal de 55,3% em relação ao ano anterior. Como proporção do PIB, o resultado desse ano situou-se 0,46 ponto percentual acima do observado em 2002 (1,73 % do PIB e 1,26% do PIB, respectivamente).

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-DEZ			
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	%
Quantidade*	20,6	21,4	4,0%
Valor médio**	358,3	421,9	17,8%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1,00



### *DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL*

Em dezembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 392,6 bilhões, o que corresponde a 25,7% do PIB acumulado nos últimos doze meses.

**TABELA 3**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2002/2003**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2002	2003	
	DEZ	NOV	DEZ
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>69.494</b>	<b>170.016</b>	<b>171.051</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	557.205	702.513	705.177
Dívida Contratual da STN	-377.403	-404.512	-404.264
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-110.308	-127.985	-129.861
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>262.689</b>	<b>226.357</b>	<b>221.534</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público	200.668	173.813	171.614
Títulos Depositados em Garantia	-6.442	-3.662	-3.649
Dívida Contratual	69.554	57.120	54.439
Disponibilidades	-1.091	-914	-870
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>332.183</b>	<b>396.372</b>	<b>392.585</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>24,7%</b>	<b>26,1%</b>	<b>25,7%</b>

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

*A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público encerrou o ano de 2003 totalizando R\$ 392,6 bilhões.*

Em comparação ao mês de novembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público apresentou redução de R\$ 3,8 bilhões, explicada, principalmente, pela apreciação cambial da moeda nacional frente ao dólar.

### **Dívida Interna Líquida**

A dívida interna líquida em dezembro atingiu R\$ 171,1 bilhões, superando em R\$ 1,0 bilhão o saldo do mês anterior. Não obstante os resgates líquidos da dívida mobiliária em poder do público, no montante de R\$ 2,9 bilhões, o estoque dessas obrigações aumentou em R\$ 2,7 bilhões, em virtude da apropriação por competência de juros nominais. Por outro lado, houve aumento de R\$ 1,3 bilhão nos haveres contratuais do Tesouro Nacional junto aos Estados da federação no âmbito da Lei nº 9.496/97, explicado em grande medida pela variação positiva do IGP-DI (0,60%).

**TABELA 4**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2002/2003**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2002	2003	
	DEZ	NOV	DEZ
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>69.494</b>	<b>170.016</b>	<b>171.051</b>
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO</b>	<b>557.205</b>	<b>702.513</b>	<b>705.177</b>
LFT	356.026	439.396	433.347
LTN	13.584	85.217	91.310
NTN-C	47.230	58.810	61.897
NTN-D	49.893	30.655	30.110
Demais	67.343	63.623	64.834
Dívida Securitizada	21.124	22.798	21.745
TDA	2.005	2.015	1.933
<b>DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>-487.711</b>	<b>-532.497</b>	<b>-534.125</b>
<i>Tesouro Nacional</i>	-377.403	-404.512	-404.264
Dívida Bancária	25.206	25.693	25.682
Lei nº 7.976/89	-13.185	-10.266	-9.684
Lei nº 8.727/93	-46.385	-47.792	-47.806
Lei nº 9.496/97	-190.406	-210.417	-211.717
Renegociação Dívida Municipais	-27.034	-30.526	-30.792
Demais Haveres da STN	-125.600	-131.204	-129.947
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-110.308	-127.985	-129.861
FAT	-79.194	-88.071	-88.843
Demais Entidades	-31.114	-39.914	-41.018
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB</b>	<b>41,4%</b>	<b>46,3%</b>	<b>46,1%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB</b>	<b>-36,2%</b>	<b>-35,1%</b>	<b>-34,9%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB</b>	<b>-28,0%</b>	<b>-26,7%</b>	<b>-26,4%</b>
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>5,2%</b>	<b>11,2%</b>	<b>11,2%</b>

*Em dezembro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público totalizou R\$ 171,1 bilhões.*

No último mês de 2003, os resgates dos títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público superaram as emissões no montante de R\$ 2,9 bilhões, tendo as emissões correspondido a R\$ 20,2 bilhões e os resgates a R\$ 23,1 bilhões. No acumulado do ano, no entanto, os resgates efetuados alcançaram o valor de R\$ 315,1 bilhões e as emissões realizadas pelo Tesouro Nacional corresponderam a R\$ 347,8 bilhões, implicando emissão líquida total de R\$ 32,7 bilhões. Este resultado reflete a recuperação da demanda doméstica pelos títulos públicos, que permitiu o alcance dos objetivos estratégicos de gerenciamento da dívida pública, quanto à melhoria do seu perfil de indexadores e prazos, além da recomposição do caixa do Tesouro Nacional.

No mês de dezembro, as emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 18,5 bilhões, sendo: i) R\$ 4,2 bilhões em LFT, com vencimentos em fevereiro de 2005, janeiro de 2006, janeiro de 2007 e junho de 2008; ii) R\$ 8,6 bilhões em LTN, com vencimentos em julho e outubro de 2004 e janeiro e julho de 2005; iii) R\$ 3,2 bilhões em NTN-C com vencimentos em dezembro de 2005, janeiro e abril de 2008, março de 2011, julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031; iv) R\$ 2,1 bilhões em NTN-B com vencimentos em agosto de

## **Emissões e Resgates**

*O Tesouro Nacional realizou, em dezembro, resgate líquido de títulos no valor de R\$ 2,9 bilhões.*

2006, maio de 2009, maio de 2015 e agosto de 2024; e v) R\$ 427,5 milhões em Notas do Tesouro Nacional- série F, com vencimento em janeiro de 2008.

**TABELA 5**  
**EMISSIONES E RESGATES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA (DPMFI)**  
**DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2003**

(R\$ milhões)

Fatos	Ofertas Públicas *		Emissões Diretas		Total	
	Dez	Ano	Dez	Ano	Dez	Ano
<b>I. Emissões</b>	<b>18.487</b>	<b>332.602</b>	<b>1.764</b>	<b>15.194</b>	<b>20.252</b>	<b>347.796</b>
LFT	4.211	222.707	0	4.561	4.211	227.269
LTN	8.596	91.664	0	0	8.596	91.664
NTN-B	2.092	6.708	0	0	2.092	6.708
NTN-C	3.160	11.099	0	2.960	3.160	14.060
NTN-D	0	0	0	302	0	302
NTN-F	427	427	0	0	427	427
TDA	0	0	146	279	146	279
Securitizada **	0	0	220	4.033	220	4.033
Demais	0	-4	1.398	3.058	1.398	3.054
<b>II. Resgates ***</b>	<b>18.528</b>	<b>290.231</b>	<b>4.603</b>	<b>24.835</b>	<b>23.131</b>	<b>315.065</b>
LFT	16.361	239.775	0	0	16.361	239.775
LTN	970	23.632	0	0	970	23.632
NTN-C	1.020	10.270	0	0	1.020	10.270
NTN-D	177	15.501	0	0	177	15.501
NTN-B	0	411	0	0	0	411
TDA	0	0	103	501	103	501
Securitizada **	0	0	1.572	8.571	1.572	8.571
Demais	0	642	2.927	15.763	2.927	16.405
<b>II. Valor Líquido (I-II)</b>	<b>-41</b>	<b>42.371</b>	<b>-2.838</b>	<b>-9.640</b>	<b>-2.879</b>	<b>32.731</b>

\* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

\*\* Inclui dívida agrícola.

\*\*\* Corresponde aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

#### Boxe 4 – Tesouro Direto

A procura pelo Programa Tesouro Direto vem atendendo às expectativas do Tesouro Nacional. No seu segundo ano de existência, as vendas de títulos públicos pela internet alcançaram o montante de aproximadamente R\$ 253 milhões, aumento de 232% em relação ao ano de 2002, quando o volume financeiro foi de R\$ 76 milhões. No que diz respeito ao número de investidores cadastrados, verificou-se aumento de 172%, (15.296 investidores se cadastraram no programa em 2003, contra 5.620 em 2002).

Com relação à composição das vendas de títulos, vale destacar a grande procura por Notas do Tesouro Nacional, série B – NTN-B, título indexado ao IPCA, que começou a ser ofertado no final de setembro, cujas vendas no último trimestre de 2003 superaram as Letras Financeiras do Tesouro - LFT.

No ano, as emissões por meio de oferta pública totalizaram R\$ 332,6 bilhões, das quais se destacaram as emissões de LFT (R\$ 222,7 bilhões) e LTN (R\$ 91,7 bilhões), enquanto os resgates de LFT foram da ordem de R\$ 239,8 bilhões e de LTN de R\$ 23,6 bilhões. Tal resultado revela o êxito do Tesouro Nacional em aumentar a participação dos títulos prefixados no estoque da dívida ao longo de 2003, conforme diretriz constante do Plano Anual de Financiamento (PAF) 2003.

A respeito das emissões de títulos prefixados, merece destaque a emissão da NTN-F, título com vencimento em janeiro de 2008. Este novo título tem como característica o pagamento de cupons semestrais de juros, que podem ser negociados separadamente do principal (*strips*), o que possibilita aos investidores decompor esse título em diversos vencimentos prefixados, tornando cada vencimento semelhante às Letras do Tesouro Nacional (LTN). Ressalta-se ainda que o prazo de 4 anos, com o qual este título foi emitido, é o mais longo da história do país para títulos prefixados.

Tanto em termos de prazo médio de emissão quanto em termos de taxas, cabe destacar que, ao longo do ano, os resultados para os títulos prefixados e pós-fixados passaram por um constante processo de melhoria. Exemplo disso é que o prazo médio de emissão de títulos prefixados iniciou o ano em 7,2 meses, em fevereiro, passando para 12,5 meses em dezembro, característica que também se verificou nos leilões de LFT.

Em dezembro, as LTN foram emitidas a uma taxa de 15,99% a.a. para vencimento em julho de 2005, enquanto no início do ano as taxas para prazos mais curtos eram bastante superiores (cerca de 28% a.a.). As LFT, por sua vez, também mostraram resultados favoráveis, dado que as primeiras emissões do ano, de títulos com vencimento em 12 meses, apresentaram taxas de 0,72% a.a., ao passo que em dezembro foram emitidos títulos com prazo de 54 meses à taxa de 0,22% a.a..

*Em 2003, observou-se melhora no perfil dos títulos do Tesouro Nacional, tanto em termos de prazo médio quanto de custo médio.*

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 1,8 bilhão, em dezembro. Deste montante as mais significativas referem-se a: (i) R\$ 1,0 bilhão de CFT-A para permuta de títulos do Rioprevidência, conforme previsto na Medida Provisória nº 137/2003; (ii) R\$ 313,9 milhões de NTN-I para o Programa de Financiamento às Exportações (Proex); e (iii) R\$ 126,3 milhões em títulos da Dívida Securitizada, para novação de dívida com a Caixa Econômica Federal.

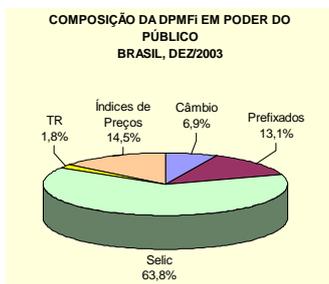
Do total de emissões diretas em 2003, o montante de R\$ 11,4 bilhões (aproximadamente 75,3%) teve por objetivo a troca por outros títulos, não impactando, assim, o estoque da DPMFi, como pode ser observado na tabela a seguir.

<b>EMISSÕES DIRETAS EM 2003</b>	
	(R\$ milhões)
<b>Finalidade</b>	<b>TOTAL</b>
Renegociação de Dívida Agrícola - CTN	73,7
Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS	248,9
Programa Nacional de Desestatização - PND	4,4
Operações de troca com o Banco do Brasil (NTN-C, LFT e Dívida Agrícola)	7.351,8
Operações de troca com o Banco SAFRA (NTN-I por NTN-I)	1,3
Operações de troca com o Banco Nossa Caixa (LFT por LFT-B)	2.898,0
Operações de troca com o RIOPREVIDÊNCIA (CFT-A por CFT-A)	1.016,5
Operações de troca com a Petrobras	168,1
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	535,0
Securitizações de Dívidas	28,7
Cessão de Créditos para o BNDES	676,7
Demais	2.191,4
<b>Total</b>	<b>15.194,4</b>

Em dezembro, foram resgatados, inclusive para permuta por títulos de diferentes prazos, R\$ 23,1 bilhões em títulos, sendo R\$ 18,2 bilhões referentes a pagamento de principal e juros e R\$ 4,9 bilhões a cancelamentos, sendo os mais relevantes: i) R\$ 1,1 bilhão em CFT-A, para permuta por títulos vencendo até 2005; ii) 1,7 bilhão em LFT, R\$ 274,4 milhões em NTN-C, R\$ 185,7 milhões em LFT-B e R\$ 14,3 milhões em títulos da dívida securitizada, todos aceitos no leilão de NTN-C; e iii) R\$ 732,8 milhões em LFT-B, R\$ 538,9 milhões em LFT e R\$ 348,2 milhões em NTN-C, todos aceitos no leilão de NTN-B.

## Composição

Quanto à composição da DPMFi, em dezembro observou-se: i) redução na participação dos títulos remunerados pela taxa selic em 1,30 ponto percentual, devido ao resgate líquido de LFT no valor de R\$ 12,1 bilhões; ii) aumento da participação de títulos prefixados em 0,80 ponto percentual, devido à emissão líquida de LTN no valor de R\$ 7,6 bilhões; e iii) aumento da participação dos títulos remunerados por índices de preços em 0,62 ponto percentual, devido à emissão líquida de R\$ 2,1 bilhões em NTN-C.



**TABELA 6**  
**COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE\***  
**BRASIL, 2002/2003**

INDEXADOR	2002		2003
	DEZ	NOV	DEZ
Selic	67,81	65,11	63,80
Câmbio	13,09	7,02	6,89
Prefixados	2,46	12,27	13,07
Índices de Preços	14,49	13,84	14,45
TR	2,15	1,76	1,78
Outros	0,01	0,00	0,00

\* Não inclui dívida agrícola.

Comparando-se a posição do final do ano 2003 com dezembro de 2002, destacam-se a redução na participação dos títulos pós-fixados (câmbio e selic) e o expressivo aumento dos títulos prefixados, que passaram de 2,5% do total da dívida em 2002, para 13,1% em 2003.

## Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público decresceu de 21,32% a.a. em novembro para 16,38% a.a. em dezembro, devido fundamentalmente à apreciação do câmbio (2,04%) que reduziu o custo da NTN-D em 81,80 pontos percentuais e à queda da taxa Selic que passou de 18,31% a.a. em novembro para 16,91% a.a. em dezembro.

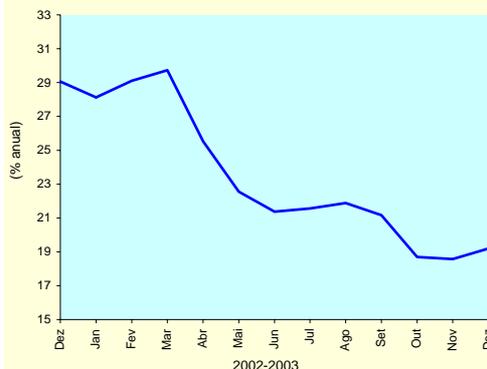
Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 18,57% a.a. em novembro para 19,20% a.a. em dezembro, em função, dentre outros, do aumento observado nos índices de preços (IGP-M, de 0,49% em novembro para 0,61% em dezembro, e IPCA de 0,34% para 0,52%).

**TABELA 7**  
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO  
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO  
BRASIL, 2000/2003

PERÍODO	(% anual)	
	TOTAL (1)	TOTAL (2)
2000	17,45	17,64
2001	17,00	16,79
2002	Dez	29,06
	2002	21,00
2003	Jan	28,13
	Fev	29,11
	Mar	29,74
	Abr	25,53
	Mai	22,56
	Jun	21,38
	Jul	21,56
	Ago	21,88
	Set	21,17
	Out	18,69
	Nov	18,57
	Dez	19,20
<b>2003</b>	<b>23,07</b>	<b>18,55</b>

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio  
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

**CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
(Exclui títulos indexados ao câmbio)



Em dezembro, o prazo médio da DPMFi em poder do público permaneceu praticamente estável (32,04 meses em dezembro contra 32,06 meses em novembro). Tal redução ocorreu não obstante a emissão de LFT com prazo de 55,1 meses – superior ao prazo médio do estoque desses títulos (22,76 meses) – e a emissão de NTN-C com prazo de 181,55 meses – também superior ao prazo médio de seu estoque (67,65 meses).

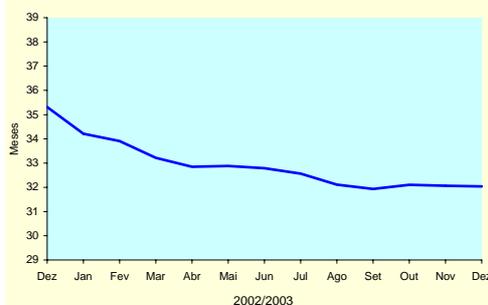
## Prazo Médio

**TABELA 8**  
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL  
EM PODER DO PÚBLICO  
BRASIL, 2002/2003

PERÍODO	Meses	
	TOTAL	OF. PUB. (1)
2002	Dez	35,32
2003	Jan	34,21
	Fev	33,91
	Mar	33,21
	Abr	32,85
	Mai	32,88
	Jun	32,79
	Jul	32,56
	Ago	32,11
	Set	31,93
	Out	32,10
	Nov	32,06
	Dez	32,04

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**



**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
BRASIL, 2002/2003

TÍTULOS	Meses		
	2002 DEZ	2003 NOV	2003 DEZ
LTN	3,01	6,95	6,35
LFT	21,81	22,76	22,74
NTN-C	68,12	67,65	68,83
NTN-D	18,07	13,72	12,71
TD	54,15	57,22	59,71
Dívida Securitizada*	61,39	58,24	59,72
Demais	118,76	111,74	109,88
<b>TOTAL</b>	<b>35,32</b>	<b>32,06</b>	<b>32,04</b>

(\*) Inclui dívida agrícola.

Entre 2002 e 2003, verificou-se queda do prazo médio da DPMFi em 3,28 meses. Este resultado, decorre em grande medida do aumento da parcela de títulos prefixados na DPMFi, de praticamente 10 p.p., em detrimento de uma redução da participação dos títulos indexados a Selic e ao câmbio. Como os títulos prefixados tradicionalmente têm prazo de vencimento menor que os demais, um aumento na sua participação contribui para a redução do prazo médio. Apesar da redução do prazo médio do estoque da DPMFi, vale destacar o aumento no prazo médio de emissão dos títulos prefixados, os quais passaram de 7,2 meses em fevereiro de 2003 para 12,5 meses ao final do ano.



## Dívida Externa Líquida

*Em dezembro, a dívida externa líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 221,5 bilhões.*

### Boxe 5 – Primeira emissão externa de 2004 – Global 2034

O governo brasileiro realizou com sucesso no último dia 12 de janeiro a primeira operação com títulos da dívida externa soberana de 2004. A emissão do *Global 2034*, com prazo de 30 anos, teve a finalidade de captar recursos novos de longo prazo a custos mais baixos. Desde setembro de 2000 a República do Brasil não emitia títulos no mercado internacional em condições tão vantajosas. Nesta operação, o montante obtido chegou a US\$ 1,5 bilhão, alcançando 54,5% do total de emissões previstas para 2004 (US\$ 5,5 bilhões), dado que em outubro de 2003, já haviam sido antecipados, deste valor previsto, outros US\$ 1,5 bilhão com a emissão do *Global 2010*.

Em termos de custos, o percentual acima do título de referência do Tesouro americano (*spread*), de 376 pontos base, foi o menor entre todas as operações realizadas com títulos de longa maturação. Nas últimas emissões de títulos de prazo tão longo, por exemplo, este ficou em 635 e 788 pontos base, para o *Global 2030* e *Global 2040*, respectivamente. Além disso, a taxa de retorno ao investidor (*yield*), que havia sido de 12,15% a.a. na emissão anterior de 30 anos, na mais recente emissão ficou em 8,75% a.a.. Destaca-se ainda que esta é a primeira emissão sob a égide do acordo de transição da administração da dívida externa do Banco Central para o Tesouro Nacional.

O estoque da Dívida Pública Federal externa (DPFe), em moeda nacional, no mês de dezembro de 2003, sofreu um decréscimo de 2,11%. Os determinantes da redução do estoque da dívida externa foram a queda do estoque de dívida em moeda estrangeira de 0,07% e a desvalorização do dólar frente ao real. A queda do saldo devedor denominado em dólar decorre da amortização da dívida contratual.

**TABELA 9**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2002/2003**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2002	2003	
	DEZ	NOV	DEZ
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>200.667,7</b>	<b>173.813,1</b>	<b>171.614,0</b>
Bônus de Renegociação	65.418,4	48.304,8	47.318,9
Bônus de Captação	135.249,3	125.508,2	124.295,1
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>69.554,3</b>	<b>57.119,6</b>	<b>54.439,2</b>
Organismos Multilaterais	39.347,0	31.705,0	30.947,3
Bancos Privados/Ag. Governamentais	11.989,0	9.495,5	9.298,4
Clube de Paris	18.218,3	15.919,1	14.193,5
<b>DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)</b>	<b>270.222,0</b>	<b>230.932,7</b>	<b>226.053,2</b>
<b>III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-6.442,1</b>	<b>-3.662,0</b>	<b>-3.649,4</b>
<b>IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-1.090,9</b>	<b>-914,2</b>	<b>-869,5</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)</b>	<b>262.688,9</b>	<b>226.356,5</b>	<b>221.534,3</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>19,5%</b>	<b>14,9%</b>	<b>14,5%</b>

Em relação a dezembro de 2002, a DPFe caiu 16,3%, também em função da redução do estoque da dívida em moeda estrangeira e de uma apreciação do real frente ao dólar (18,2%). No que tange à redução em dólares, no caso da dívida mobiliária externa esta foi de 14,5%, e na dívida contratual de 21,6%.

O serviço da dívida externa, em dezembro, totalizou R\$ 4,0 bilhões, dos quais R\$ 0,7 bilhão refere-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 3,3 bilhões ao pagamento de principal. Do total despendido no mês, a maior parte (R\$ 2,1 bilhões) referiu-se aos pagamentos da dívida contratual externa junto ao Clube de Paris. Relativamente à execução financeira em 2003, os pagamentos alcançaram R\$ 41,2 bilhões, dos quais R\$ 22,6 bilhões corresponderam a amortizações e R\$ 18,6 bilhões a juros e encargos. Destaca-se que os pagamentos referentes à dívida mobiliária externa corresponderam a 65,4% do total.

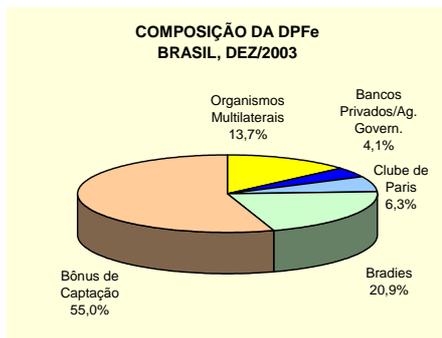
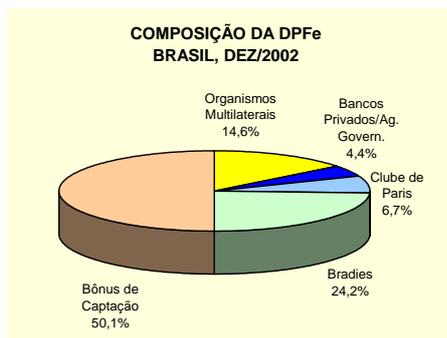
**TABELA 10**  
**EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)**  
**BRASIL, 2003**

DISCRIMINAÇÃO	DEZEMBRO			JANEIRO-DEZEMBRO		
	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
	R\$ milhões					
<b>I. ENCARGOS TOTAIS</b>	<b>3.317,9</b>	<b>726,3</b>	<b>4.044,2</b>	<b>22.592,9</b>	<b>18.598,9</b>	<b>41.191,8</b>
I.1. Organismos Multilaterais	1.348,8	186,3	1.535,1	6.732,4	1.472,3	8.204,7
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	172,3	32,2	204,5	1.219,4	628,6	1.847,9
I.3. Clube de Paris	1.796,8	318,9	2.115,8	3.483,0	734,5	4.217,5
I.4. Dívida Mobiliária	0,0	188,8	188,8	11.158,2	15.763,5	26.921,7

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 4,0 bilhão em dezembro.

Em dezembro não ocorreram alterações significativas na composição do estoque da dívida externa, com destaque, no entanto, para a redução da parcela referente ao Clube de Paris, em função do pagamento mencionado anteriormente. Ao longo de 2003, a alteração mais significativa acabou sendo a queda na participação dos bônus de renegociação, em quatro pontos percentuais, devido, principalmente, à operação de *swap* realizada em agosto, que retirou US\$ 1,2 bilhão de *bradies* do mercado.

## Composição



Ao longo de 2003, a parcela da dívida externa referente aos bônus de renegociação reduziu-se em quatro pontos percentuais.

O prazo médio da dívida mobiliária externa sofreu ligeira redução, passando de 6,05 anos em novembro para 5,95 anos em dezembro. Essa variação, na ausência de novas operações, decorreu da trajetória natural de queda do prazo médio, por causa da aproximação das datas de vencimento dos títulos. Entre dezembro de 2002 e dezembro de 2003, o prazo médio da dívida mobiliária externa permaneceu praticamente estável.

## Prazo e Custo Médios

O custo médio da dívida mobiliária, em dólares, no mês de dezembro, manteve-se estável em relação a novembro. Em relação a 2002, este indicador apresentou pequeno aumento, ao passar de 8,54% a.a em dezembro de 2002 para 8,96% a.a em dezembro de 2003, em função, principalmente, da valorização do Euro no período.

**TABELA 11**  
**CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA**  
**MOBILIÁRIA EXTERNA**  
**BRASIL, 2002/2003**

DISCRIMINAÇÃO	2002		2003	
	DEZ	NOV	NOV	DEZ
<b>PRAZO MÉDIO (ANOS)</b>	<b>5,97</b>	<b>6,05</b>	<b>6,05</b>	<b>5,95</b>
Bônus de Renegociação	6,07	5,82	5,82	5,73
Bônus de Captação	5,92	6,14	6,14	6,03
Globais	7,20	6,95	6,95	6,87
Euros	3,39	3,49	3,49	3,41
Demais	2,34	2,99	2,99	2,90
<b>CUSTO MÉDIO (% a.a.) *</b>	<b>8,54</b>	<b>8,96</b>	<b>8,96</b>	<b>8,96</b>
Bônus de Renegociação	4,93	4,87	4,87	4,87
Bônus de Captação	10,28	10,53	10,53	10,52
Globais	11,16	10,91	10,91	10,91
Euros	10,12	10,28	10,28	10,28
Demais	4,94	6,04	6,04	6,06

\* Custo Médio em dólares.

## **Anexos**

---

### ***Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A1 (a)** – Resultado Primário do Governo Central de 2002

**Tabela A1 (b)** – Resultado Primário do Governo Central de 2003

**Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

### ***Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

**Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal

**Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

### ***Boletins de Transferências para Estados e Municípios***

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

**TABELA A1 (a) - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL 2002 (\*)**

R\$ milhões

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2002
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>29.234,0</b>	<b>23.986,3</b>	<b>23.410,1</b>	<b>26.810,9</b>	<b>24.907,9</b>	<b>22.331,6</b>	<b>27.136,3</b>	<b>24.129,9</b>	<b>29.018,5</b>	<b>29.964,3</b>	<b>26.975,2</b>	<b>33.938,3</b>	<b>321.843,4</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>24.102,7</b>	<b>18.802,5</b>	<b>18.229,9</b>	<b>21.439,6</b>	<b>19.371,2</b>	<b>17.042,4</b>	<b>21.359,8</b>	<b>18.323,9</b>	<b>23.262,1</b>	<b>23.872,9</b>	<b>21.143,6</b>	<b>23.865,0</b>	<b>250.815,7</b>
I.1.1 Receita Bruta	24.359,5	19.153,1	18.434,6	21.632,6	19.615,9	18.174,1	22.535,1	19.746,4	24.005,6	24.826,4	22.062,3	24.957,0	259.502,6
- Impostos	12.109,0	8.627,4	8.687,4	10.152,5	8.890,9	8.301,9	9.870,7	8.201,8	11.280,2	11.059,2	9.442,5	11.290,3	117.913,9
- Contribuições	9.882,4	8.077,0	8.228,1	8.622,2	8.748,6	8.556,4	10.152,0	9.972,0	10.634,8	11.093,4	10.891,8	10.775,5	115.634,2
- Demais	2.368,1	2.448,7	1.519,2	2.857,9	1.976,4	1.315,8	2.512,3	1.572,6	2.090,6	2.673,8	1.727,9	2.891,2	25.954,5
I.1.2. (-) Restituições	-157,5	-350,6	-204,8	-193,1	-244,7	-1.131,6	-1.175,3	-1.422,5	-743,5	-953,5	-768,6	-1.092,1	-8.437,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-99,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-150,0	0,0	-249,3
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>5.131,2</b>	<b>5.183,8</b>	<b>5.180,2</b>	<b>5.371,3</b>	<b>5.536,6</b>	<b>5.289,2</b>	<b>5.776,5</b>	<b>5.806,0</b>	<b>5.756,4</b>	<b>6.091,4</b>	<b>5.831,6</b>	<b>10.073,3</b>	<b>71.027,7</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>4.808,1</b>	<b>5.436,9</b>	<b>4.329,5</b>	<b>4.282,1</b>	<b>5.343,5</b>	<b>3.676,3</b>	<b>4.245,1</b>	<b>4.183,2</b>	<b>4.413,3</b>	<b>5.273,2</b>	<b>5.406,5</b>	<b>4.742,2</b>	<b>56.139,7</b>
II.1. Transferências Constitucionais	3.913,7	4.533,4	3.487,0	3.669,5	4.171,2	2.972,6	3.241,0	3.080,7	3.385,4	4.419,3	3.897,9	3.824,7	44.596,3
II.2. Lei Complementar 87/96	328,4	330,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	3.952,6
II.3. Demais	566,0	573,2	513,1	283,2	842,9	374,3	674,7	773,0	698,4	524,5	1.179,3	588,1	7.590,8
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>24.425,9</b>	<b>18.549,4</b>	<b>19.080,6</b>	<b>22.528,8</b>	<b>19.564,4</b>	<b>18.655,4</b>	<b>22.891,3</b>	<b>19.946,8</b>	<b>24.605,2</b>	<b>24.691,2</b>	<b>21.568,7</b>	<b>29.196,1</b>	<b>265.703,6</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>18.373,3</b>	<b>15.970,4</b>	<b>17.018,0</b>	<b>16.746,0</b>	<b>17.689,2</b>	<b>16.812,9</b>	<b>20.914,4</b>	<b>18.545,2</b>	<b>17.562,1</b>	<b>20.815,2</b>	<b>20.513,8</b>	<b>32.276,1</b>	<b>233.236,8</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>7.241,4</b>	<b>5.486,6</b>	<b>5.281,0</b>	<b>5.359,4</b>	<b>5.288,5</b>	<b>5.923,1</b>	<b>7.046,9</b>	<b>5.543,6</b>	<b>5.248,9</b>	<b>5.684,4</b>	<b>6.411,4</b>	<b>8.790,1</b>	<b>73.305,4</b>
IV.1.1. INSS	397,2	278,4	293,1	305,0	292,4	327,3	422,1	298,6	287,7	294,6	317,0	425,2	3.938,6
IV.1.2. Demais	6.844,3	5.208,2	4.987,9	5.054,4	4.996,1	5.595,9	6.624,8	5.245,0	4.961,3	5.389,7	6.094,3	8.364,8	69.366,8
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>6.157,9</b>	<b>6.254,7</b>	<b>6.316,7</b>	<b>6.413,8</b>	<b>6.608,6</b>	<b>6.733,9</b>	<b>7.091,5</b>	<b>7.117,2</b>	<b>7.167,1</b>	<b>7.230,0</b>	<b>7.864,5</b>	<b>13.070,8</b>	<b>88.026,7</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>4.974,0</b>	<b>4.229,2</b>	<b>5.420,3</b>	<b>4.972,8</b>	<b>5.792,1</b>	<b>4.155,9</b>	<b>6.776,0</b>	<b>5.884,4</b>	<b>5.146,1</b>	<b>7.900,9</b>	<b>6.238,0</b>	<b>10.415,2</b>	<b>71.904,7</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	333,5	627,5	467,2	434,6	788,9	94,2	1.227,3	879,9	795,4	930,3	616,1	721,9	7.916,9
- Abono e Seguro Desemprego	311,4	584,0	370,7	361,6	735,3	60,9	1.195,3	821,2	747,3	829,8	429,8	615,2	7.062,5
- Demais Despesas do FAT	22,1	43,5	96,6	73,0	53,7	33,2	32,0	58,7	48,1	100,5	186,3	106,8	854,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	130,7	-0,5	96,9	131,9	142,8	-34,5	81,1	171,3	-55,4	1.472,7	1,7	204,4	2.343,2
- Operações Oficiais de Crédito	11,6	82,7	94,6	67,4	79,2	34,2	68,9	114,3	-55,5	1.416,1	-58,4	225,6	2.080,8
- Subvenções aos Fundos Regionais	119,1	-83,2	2,3	64,5	63,7	-68,7	12,2	57,0	0,1	56,7	60,1	-21,2	262,4
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.509,8	3.602,1	4.856,2	4.406,2	4.860,4	4.096,2	5.467,6	4.833,2	4.406,1	5.497,9	5.620,1	9.488,9	61.644,7
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>6.052,6</b>	<b>2.578,9</b>	<b>2.062,6</b>	<b>5.782,8</b>	<b>1.875,2</b>	<b>1.842,4</b>	<b>1.976,8</b>	<b>1.401,6</b>	<b>7.043,1</b>	<b>3.875,9</b>	<b>1.054,9</b>	<b>-3.080,0</b>	<b>32.466,8</b>
V.1. Tesouro Nacional	7.079,3	3.649,8	3.199,0	6.825,3	2.947,1	3.287,1	3.291,8	2.712,7	8.453,9	5.014,5	3.087,8	-82,5	49.465,8
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.026,7	-1.070,9	-1.136,4	-1.042,5	-1.072,0	-1.444,7	-1.315,0	-1.311,1	-1.410,8	-1.138,6	-2.032,9	-2.997,5	-16.999,0
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>-22,8</b>	<b>-53,2</b>	<b>-57,8</b>	<b>-56,6</b>	<b>-43,8</b>	<b>-70,7</b>	<b>-60,0</b>	<b>-77,5</b>	<b>-86,8</b>	<b>-58,2</b>	<b>-48,0</b>	<b>-142,0</b>	<b>-777,5</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>6.029,8</b>	<b>2.525,7</b>	<b>2.004,8</b>	<b>5.726,2</b>	<b>1.831,3</b>	<b>1.771,8</b>	<b>1.916,9</b>	<b>1.324,1</b>	<b>6.956,3</b>	<b>3.817,7</b>	<b>1.006,9</b>	<b>-3.222,0</b>	<b>31.689,4</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>1.009,9</b>	<b>-381,1</b>	<b>309,4</b>	<b>6,3</b>	<b>16,7</b>	<b>9,7</b>	<b>172,7</b>	<b>93,7</b>	<b>-912,4</b>	<b>495,2</b>	<b>553,6</b>	<b>-1.144,1</b>	<b>229,7</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>7.039,6</b>	<b>2.144,5</b>	<b>2.314,2</b>	<b>5.732,5</b>	<b>1.848,0</b>	<b>1.781,5</b>	<b>2.089,6</b>	<b>1.417,9</b>	<b>6.043,9</b>	<b>4.312,9</b>	<b>1.560,5</b>	<b>-4.366,1</b>	<b>31.919,1</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS (3)</b>	<b>-12.518,5</b>	<b>-678,6</b>	<b>-3.200,2</b>	<b>-8.338,9</b>	<b>-15.995,2</b>	<b>-23.076,4</b>	<b>-28.470,0</b>	<b>12.383,6</b>	<b>-40.920,9</b>	<b>565,3</b>	<b>-499,5</b>	<b>2.139,2</b>	<b>-118.610,2</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>-5.478,9</b>	<b>1.465,9</b>	<b>-886,0</b>	<b>-2.606,4</b>	<b>-14.147,2</b>	<b>-21.294,9</b>	<b>-26.380,4</b>	<b>13.801,5</b>	<b>-34.877,0</b>	<b>4.878,2</b>	<b>1.061,1</b>	<b>-2.226,9</b>	<b>-86.691,1</b>

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

**TABELA A1 (b) - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL 2003 (\*)**

R\$ milhões

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2003
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>32.439,4</b>	<b>27.721,8</b>	<b>26.251,4</b>	<b>32.106,7</b>	<b>29.574,5</b>	<b>25.121,8</b>	<b>29.595,5</b>	<b>28.249,1</b>	<b>28.163,3</b>	<b>31.761,0</b>	<b>29.882,9</b>	<b>37.018,0</b>	<b>357.885,5</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>26.978,1</b>	<b>21.610,3</b>	<b>20.539,2</b>	<b>26.256,5</b>	<b>23.527,8</b>	<b>18.950,3</b>	<b>23.188,3</b>	<b>21.714,5</b>	<b>21.559,9</b>	<b>24.795,5</b>	<b>23.314,5</b>	<b>24.720,4</b>	<b>277.155,4</b>
I.1.1 Receita Bruta	27.360,7	21.894,6	20.820,3	26.683,9	23.905,9	20.483,4	24.502,5	22.351,5	22.580,6	26.563,0	25.576,5	27.015,0	289.738,0
- Impostos	11.453,2	9.848,8	9.165,5	11.857,2	10.852,2	8.641,3	10.635,5	8.721,6	9.583,7	11.405,0	11.405,0	12.055,1	125.624,2
- Contribuições	12.370,0	9.961,3	10.076,9	10.890,9	10.809,5	10.375,7	11.084,5	10.256,3	10.795,2	12.166,1	12.346,2	13.098,5	134.231,2
- Demais	3.537,4	2.084,6	1.577,8	3.935,9	2.244,2	1.466,3	2.782,5	3.373,6	2.201,7	2.991,9	1.825,3	1.861,4	29.882,6
I.1.2. (-) Restituições	-382,7	-284,3	-281,0	-427,4	-378,0	-1.533,0	-1.314,2	-637,0	-1.020,7	-1.767,5	-2.262,1	-2.104,6	-12.392,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-190,0	-190,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>5.461,4</b>	<b>6.111,5</b>	<b>5.712,2</b>	<b>5.850,2</b>	<b>6.046,7</b>	<b>6.171,5</b>	<b>6.407,2</b>	<b>6.534,5</b>	<b>6.603,4</b>	<b>6.965,5</b>	<b>6.568,5</b>	<b>12.297,6</b>	<b>80.730,1</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>5.704,3</b>	<b>6.144,8</b>	<b>4.769,7</b>	<b>4.502,3</b>	<b>6.735,9</b>	<b>4.227,2</b>	<b>4.013,8</b>	<b>5.068,6</b>	<b>4.306,2</b>	<b>4.429,0</b>	<b>5.391,2</b>	<b>4.933,4</b>	<b>60.226,2</b>
II.1. Transferências Constitucionais	4.144,0	4.353,9	3.785,5	3.628,6	4.986,0	3.554,4	2.995,4	3.896,7	3.386,2	3.522,1	3.909,3	4.081,3	46.243,4
II.2. Lei Complementar 87/96	633,0	607,6	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	3.900,0
II.3. Demais	927,2	1.183,3	718,2	607,7	1.483,9	406,9	752,5	906,0	654,0	641,0	1.215,9	586,2	10.082,8
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>26.735,1</b>	<b>21.577,1</b>	<b>21.481,8</b>	<b>27.604,4</b>	<b>22.838,7</b>	<b>20.894,6</b>	<b>25.581,7</b>	<b>23.180,5</b>	<b>23.857,1</b>	<b>27.332,0</b>	<b>24.491,8</b>	<b>32.084,6</b>	<b>297.659,3</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>19.557,2</b>	<b>17.748,9</b>	<b>17.354,0</b>	<b>17.925,6</b>	<b>19.124,4</b>	<b>20.096,3</b>	<b>22.732,5</b>	<b>20.523,5</b>	<b>20.045,5</b>	<b>22.748,2</b>	<b>22.182,8</b>	<b>37.778,4</b>	<b>257.817,4</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>7.517,4</b>	<b>5.944,2</b>	<b>5.631,2</b>	<b>5.644,7</b>	<b>5.900,9</b>	<b>6.447,1</b>	<b>7.706,1</b>	<b>5.821,1</b>	<b>5.926,0</b>	<b>5.928,4</b>	<b>6.503,5</b>	<b>9.098,0</b>	<b>78.068,7</b>
IV.1.1. INSS	455,2	292,8	300,9	296,4	289,4	339,4	427,6	310,0	318,5	314,9	334,3	424,0	4.103,3
IV.1.2. Demais	7.062,2	5.651,4	5.330,3	5.348,3	5.611,5	6.107,8	7.278,6	5.511,1	5.607,6	5.613,6	6.169,2	8.674,0	73.965,5
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>7.204,0</b>	<b>7.195,2</b>	<b>7.249,0</b>	<b>7.404,8</b>	<b>7.856,8</b>	<b>8.063,0</b>	<b>8.877,1</b>	<b>9.069,7</b>	<b>8.906,1</b>	<b>8.966,1</b>	<b>9.786,2</b>	<b>16.556,7</b>	<b>107.134,8</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>4.834,9</b>	<b>4.535,1</b>	<b>4.432,3</b>	<b>4.836,7</b>	<b>5.323,6</b>	<b>5.522,7</b>	<b>6.083,6</b>	<b>5.583,1</b>	<b>5.205,9</b>	<b>7.807,5</b>	<b>5.856,7</b>	<b>12.066,7</b>	<b>72.088,9</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	569,1	395,5	428,3	592,0	841,0	420,1	987,6	1.235,8	447,7	1.416,5	486,0	719,0	8.538,6
- Abono e Seguro Desemprego	539,0	384,3	395,7	549,6	824,0	399,3	942,2	1.179,8	412,1	1.371,6	426,6	649,5	8.073,7
- Demais Despesas do FAT	30,1	11,2	32,6	42,4	17,0	20,7	45,4	56,0	35,7	44,9	59,4	69,4	464,8
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	117,0	166,3	115,6	127,8	154,6	311,9	388,5	293,9	324,1	1.086,7	286,5	2.309,6	5.682,6
- Operações Oficiais de Crédito	80,2	109,1	62,8	16,8	101,3	238,7	338,9	204,4	225,0	1.003,8	166,5	2.220,4	4.767,8
- Subvenções aos Fundos Regionais	36,9	57,2	52,9	111,1	53,4	73,2	49,6	89,5	99,1	82,9	120,0	89,1	914,8
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.148,7	3.973,2	3.888,4	4.116,9	4.328,1	4.790,8	4.707,5	4.053,4	4.434,1	5.304,3	5.084,2	9.038,1	57.867,7
<b>IV.4. Transferência ao Banco Central</b>	<b>0,9</b>	<b>74,4</b>	<b>41,5</b>	<b>39,4</b>	<b>43,1</b>	<b>63,4</b>	<b>65,7</b>	<b>49,6</b>	<b>7,4</b>	<b>46,2</b>	<b>36,4</b>	<b>56,9</b>	<b>525,0</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)</b>	<b>7.177,9</b>	<b>3.828,2</b>	<b>4.127,8</b>	<b>9.678,8</b>	<b>3.714,3</b>	<b>798,3</b>	<b>2.849,2</b>	<b>2.657,0</b>	<b>3.811,6</b>	<b>4.583,8</b>	<b>2.309,0</b>	<b>-5.693,8</b>	<b>39.841,9</b>
V.1. Tesouro Nacional	8.920,5	4.911,8	5.664,6	11.233,4	5.524,4	2.689,8	5.319,1	5.192,2	6.114,3	6.584,4	5.526,7	-1.434,7	66.246,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.742,6	-1.083,7	-1.536,8	-1.554,6	-1.810,1	-1.891,5	-2.469,9	-2.535,2	-2.302,7	-2.000,6	-3.217,7	-4.259,1	-26.404,7
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>-38,0</b>	<b>23,8</b>	<b>-13,6</b>	<b>-20,7</b>	<b>-25,8</b>	<b>2,5</b>	<b>-29,5</b>	<b>-19,4</b>	<b>-58,2</b>	<b>-13,4</b>	<b>-26,7</b>	<b>24,4</b>	<b>-194,7</b>
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)</b>	<b>7.139,9</b>	<b>3.852,0</b>	<b>4.114,2</b>	<b>9.658,1</b>	<b>3.688,5</b>	<b>800,8</b>	<b>2.819,6</b>	<b>2.637,5</b>	<b>3.753,4</b>	<b>4.570,4</b>	<b>2.282,3</b>	<b>-5.669,5</b>	<b>39.647,2</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-421,6</b>	<b>755,2</b>	<b>-661,4</b>	<b>651,8</b>	<b>-327,0</b>	<b>102,7</b>	<b>506,5</b>	<b>-36,8</b>	<b>328,1</b>	<b>139,9</b>	<b>-99,5</b>	<b>nd</b>	<b>nd</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>6.718,2</b>	<b>4.607,2</b>	<b>3.452,8</b>	<b>10.309,9</b>	<b>3.361,5</b>	<b>903,5</b>	<b>3.326,2</b>	<b>2.600,7</b>	<b>4.081,5</b>	<b>4.710,3</b>	<b>2.182,7</b>	<b>nd</b>	<b>nd</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS (3)</b>	<b>-11.083,9</b>	<b>-8.783,8</b>	<b>-172,1</b>	<b>12.359,5</b>	<b>-12.542,4</b>	<b>-5.626,4</b>	<b>-16.333,4</b>	<b>-11.392,3</b>	<b>-7.186,1</b>	<b>-3.553,0</b>	<b>-9.846,0</b>	<b>nd</b>	<b>nd</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)</b>	<b>-4.365,6</b>	<b>-4.176,6</b>	<b>3.280,7</b>	<b>22.669,4</b>	<b>-9.181,0</b>	<b>-4.722,9</b>	<b>-13.007,2</b>	<b>-8.791,6</b>	<b>-3.104,6</b>	<b>1.157,4</b>	<b>-7.663,3</b>	<b>nd</b>	<b>nd</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

**TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (\*)**

R\$ milhões

	Dez/2002	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2003
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>37.468,8</b>	<b>26.460,3</b>	<b>30.578,9</b>	<b>28.028,2</b>	<b>28.920,7</b>	<b>34.035,1</b>	<b>28.051,7</b>	<b>28.133,2</b>	<b>29.749,9</b>	<b>29.613,7</b>	<b>30.492,9</b>	<b>33.122,3</b>	<b>43.722,8</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	25.397,7	19.234,3	22.754,9	20.630,8	20.968,2	26.123,3	20.269,1	19.931,9	21.293,5	20.735,4	21.441,2	24.680,5	29.313,2
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-190,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.131,7	663,4	1.039,7	1.015,1	1.445,9	1.066,7	1.000,0	1.026,6	1.107,2	1.553,3	1.222,7	1.032,3	1.230,3
I.4 - Receita das Operações de Crédito	-110,1	309,7	76,4	109,7	128,9	184,0	51,5	81,3	157,1	53,5	63,7	80,9	111,6
I.5 - Receita do Salário Educação	157,4	245,4	121,5	139,6	146,5	150,5	149,5	151,5	153,9	164,3	167,8	181,7	162,8
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	10.889,6	6.004,8	6.583,2	6.129,6	6.227,9	6.508,1	6.576,8	6.937,8	7.033,8	7.097,2	7.586,0	7.121,1	13.054,5
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	2,5	2,7	3,2	3,3	3,2	2,6	4,8	4,1	4,4	9,9	11,6	25,9	40,4
<b>II. DESPESAS</b>	<b>40.427,0</b>	<b>24.822,6</b>	<b>29.762,5</b>	<b>25.311,0</b>	<b>28.883,8</b>	<b>27.882,6</b>	<b>38.143,5</b>	<b>20.373,7</b>	<b>29.531,8</b>	<b>33.259,3</b>	<b>30.658,8</b>	<b>29.289,6</b>	<b>49.745,8</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>5.726,0</b>	<b>6.856,8</b>	<b>6.971,7</b>	<b>5.702,0</b>	<b>5.560,6</b>	<b>7.792,0</b>	<b>5.494,7</b>	<b>4.800,4</b>	<b>6.310,3</b>	<b>5.184,8</b>	<b>5.556,6</b>	<b>6.543,4</b>	<b>5.838,4</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.980,8	4.508,8	4.639,9	4.033,5	3.864,8	5.317,3	3.787,0	3.190,4	4.152,5	3.608,2	3.751,5	4.118,6	4.256,7
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	350,8	419,0	674,4	372,7	386,6	1.106,5	260,2	272,1	723,7	306,6	403,4	889,0	309,8
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	329,4	633,0	607,6	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9
II.1.4 - Outras Vinculações	1.065,0	1.296,0	1.049,8	1.029,8	1.043,2	1.102,2	1.181,5	1.072,0	1.168,1	1.004,0	1.135,7	1.269,9	1.006,0
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>34.701,0</b>	<b>17.965,8</b>	<b>22.790,8</b>	<b>19.609,0</b>	<b>23.323,3</b>	<b>20.090,6</b>	<b>32.648,8</b>	<b>15.573,3</b>	<b>23.221,5</b>	<b>28.074,5</b>	<b>25.102,2</b>	<b>22.746,2</b>	<b>43.907,4</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.136,5	6.802,7	6.047,7	5.714,0	5.711,0	6.275,8	7.606,6	6.204,4	5.651,3	5.983,1	6.047,1	8.648,2	7.504,7
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	726,1	2.113,8	2.875,5	2.671,2	3.490,5	669,0	3.090,5	433,0	1.709,2	4.168,5	2.569,8	186,4	5.199,6
i) Dívida Contratual Interna	122,0	119,3	110,4	2.104,5	118,3	105,9	107,3	109,7	104,0	112,3	373,3	109,7	397,5
ii) Dívida Contratual Externa	604,1	1.994,5	2.765,1	566,7	3.372,3	563,1	2.983,2	323,2	1.605,3	4.056,1	2.196,6	76,7	4.802,2
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.165,0	933,8	1.884,7	786,4	2.566,5	563,9	2.082,0	2.560,2	2.692,9	3.435,5	2.628,7	53,0	3.552,8
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	15.207,5	4.841,9	7.955,1	6.647,9	7.505,0	7.901,8	15.692,0	650,4	8.826,5	9.849,9	8.648,9	9.692,7	19.733,5
II.2.5 - Custeio e Investimento	8.683,3	3.042,4	3.835,8	3.692,2	3.916,2	4.446,9	3.857,0	5.314,3	4.050,5	4.371,9	4.319,1	3.712,8	6.757,8
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	782,5	231,2	192,0	97,2	134,0	233,2	320,7	411,1	291,1	265,6	888,5	453,2	1.159,0
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>-2.958,2</b>	<b>1.637,7</b>	<b>816,4</b>	<b>2.717,2</b>	<b>36,9</b>	<b>6.152,6</b>	<b>-10.091,8</b>	<b>7.759,5</b>	<b>218,2</b>	<b>-3.645,6</b>	<b>-165,9</b>	<b>3.832,8</b>	<b>-6.023,0</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>36.723,8</b>	<b>16.269,0</b>	<b>25.919,2</b>	<b>31.734,4</b>	<b>41.545,8</b>	<b>43.972,6</b>	<b>37.583,5</b>	<b>39.417,1</b>	<b>20.996,8</b>	<b>27.795,7</b>	<b>36.612,6</b>	<b>10.810,9</b>	<b>20.221,5</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	35.116,0	15.425,0	25.077,9	31.195,5	38.833,8	43.074,9	37.015,9	38.519,7	19.437,9	27.373,5	35.437,8	10.406,9	14.756,6
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.607,8	844,0	841,3	538,9	2.712,1	897,7	567,7	897,4	1.558,9	422,2	1.174,7	404,0	5.464,8
<b>V. DESPESAS</b>	<b>24.406,4</b>	<b>8.056,9</b>	<b>28.215,3</b>	<b>25.225,2</b>	<b>6.440,9</b>	<b>34.566,7</b>	<b>31.410,0</b>	<b>30.190,9</b>	<b>22.502,4</b>	<b>26.846,8</b>	<b>13.904,0</b>	<b>23.853,9</b>	<b>27.512,6</b>
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	21.326,1	7.179,4	25.699,5	24.558,0	3.106,0	32.828,2	28.544,8	25.735,7	19.075,5	25.828,3	10.337,8	18.076,7	19.125,7
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	3.080,2	877,5	2.515,8	667,2	3.334,9	1.738,5	2.865,2	4.455,2	3.427,0	1.018,5	3.566,2	5.777,2	8.386,9
V.2.1 - Dívida Interna	121,7	104,2	96,6	93,7	102,5	94,8	111,7	191,1	94,7	101,5	573,0	98,5	1.292,0
V.2.2 - Dívida Externa	2.958,5	773,2	2.419,1	573,5	3.232,4	1.643,7	2.753,5	4.264,1	3.332,3	917,0	2.993,2	5.678,7	7.094,9
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>13.789,9</b>	<b>8.245,6</b>	<b>-621,6</b>	<b>6.637,5</b>	<b>35.727,8</b>	<b>10.246,7</b>	<b>8.471,1</b>	<b>12.784,0</b>	<b>362,5</b>	<b>1.545,2</b>	<b>25.100,0</b>	<b>-7.669,8</b>	<b>-4.369,0</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>-12.069,2</b>	<b>-1.357,7</b>	<b>3.238,6</b>	<b>-772,4</b>	<b>-1.853,9</b>	<b>-596,6</b>	<b>-3.087,1</b>	<b>-2.535,3</b>	<b>1.331,7</b>	<b>-9.169,9</b>	<b>4.493,4</b>	<b>-6.516,3</b>	<b>-25.543,0</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>-2.709,9</b>	<b>8.492,2</b>	<b>1.758,9</b>	<b>8.453,9</b>	<b>33.287,9</b>	<b>14.961,8</b>	<b>-7.005,4</b>	<b>14.450,4</b>	<b>44,3</b>	<b>-11.866,6</b>	<b>27.036,1</b>	<b>-15.726,5</b>	<b>-38.857,1</b>

(\*) Dados retificados

**TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL**

R\$ milhões

	Dez/2002	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2003
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>1.359,2</b>	<b>12.234,7</b>	<b>7.122,6</b>	<b>3.864,9</b>	<b>7.327,1</b>	<b>6.663,2</b>	<b>17.212,9</b>	<b>27.850,0</b>	<b>15.241,7</b>	<b>14.352,5</b>	<b>8.343,4</b>	<b>3.683,7</b>	<b>2.169,3</b>
I.1. Emissão de Títulos	0,0	11.314,9	3.951,5	3.779,8	9.006,7	5.120,5	16.312,5	25.732,6	11.513,9	13.116,5	6.368,3	0,0	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.189,3	943,5	2.958,3	84,4	-1.561,6	1.462,0	863,2	1.962,4	3.517,8	1.194,7	1.906,1	3.520,6	2.137,7
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	170,0	-23,7	212,8	0,7	-118,0	80,6	37,1	155,1	210,0	41,3	69,0	163,2	31,6
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>13.428,5</b>	<b>13.592,4</b>	<b>3.883,9</b>	<b>4.637,3</b>	<b>9.181,0</b>	<b>7.259,8</b>	<b>20.300,0</b>	<b>30.385,4</b>	<b>13.910,0</b>	<b>23.522,5</b>	<b>3.850,0</b>	<b>10.200,0</b>	<b>27.712,3</b>
II.1. Resgate de Títulos	12.305,4	12.325,5	3.690,3	3.329,0	8.941,7	6.467,0	19.200,0	27.997,4	12.938,7	21.597,9	3.305,4	8.500,0	24.444,9
II.2. Encargos da DPMF	1.123,1	1.266,9	193,7	1.308,3	239,3	792,8	1.100,0	2.388,0	971,3	1.924,5	544,6	1.700,0	3.267,4
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>-12.069,2</b>	<b>-1.357,7</b>	<b>3.238,6</b>	<b>-772,4</b>	<b>-1.853,9</b>	<b>-596,6</b>	<b>-3.087,1</b>	<b>-2.535,3</b>	<b>1.331,7</b>	<b>-9.169,9</b>	<b>4.493,4</b>	<b>-6.516,3</b>	<b>-25.543,0</b>

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Dez/2002	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2003
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	0,0	58,1	28,0	25,1	28,7	27,1	30,1	28,8	28,8	0,0	0,0	66,1	35,3
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	59,6	44,3	59,8	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	7,4	0,0	131,3	13,4	0,0
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	-38,5	-154,2	-30,7	-54,3	-50,6	-4,6	-3,6	84,0	69,7	216,7	166,0	8,0	149,7
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	6,3	0,0	1,9	1,2	1,5	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,1	1,1
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-49,9	-159,4	-34,6	-55,4	-52,2	-7,3	-7,3	76,7	66,4	214,4	165,5	-2,1	149,2
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	5,1	5,2	2,0	0,0	0,0	2,0	3,7	7,3	3,3	2,3	0,5	0,0	-0,6
<b>IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF</b>	145,1	25,7	33,0	26,1	27,8	27,8	31,4	34,1	75,7	1,6	132,5	30,7	122,8
<b>V. EQUALIZAÇÃO PROEX</b>	55,3	4,3	2,1	4,3	7,7	36,7	141,0	178,7	22,5	6,7	152,1	44,8	316,4
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)</b>	0,0	63,3	1,7	-0,3	0,0	0,0	28,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	88,7
<b>VII. CACAU</b>	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)</b>	4,1	38,6	15,0	61,8	3,2	14,3	18,2	16,8	12,7	0,0	0,0	0,3	8,5
<b>IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	421,9	3,2	1.503,3
<b>X. TOTAL</b>	225,6	80,2	109,1	62,8	16,8	101,3	245,8	345,5	217,2	225,0	1.003,8	166,6	2.224,7

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**

R\$ milhões

	Dez/2002	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2003
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>69.494,1</b>	<b>69.047,6</b>	<b>72.764,6</b>	<b>85.248,3</b>	<b>87.181,5</b>	<b>106.988,4</b>	<b>123.494,1</b>	<b>137.420,6</b>	<b>145.676,4</b>	<b>155.106,2</b>	<b>162.302,9</b>	<b>170.015,8</b>	<b>171.051,2</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	557.205,4	575.019,4	584.485,6	600.951,0	604.538,0	623.511,6	635.669,3	657.069,6	664.970,3	677.827,3	690.957,9	702.513,0	705.176,6
Dívida Bancária	25.206,0	25.226,3	25.297,0	25.361,8	25.404,9	25.477,0	25.510,9	25.560,4	25.623,6	25.655,0	25.682,9	25.692,8	25.681,8
INSS	-13.881,8	-14.256,6	-14.565,9	-14.797,5	-15.042,6	-15.104,2	-15.003,0	-14.898,0	-14.868,2	-14.960,4	-15.117,5	-15.183,6	-15.256,5
Lei 7.976/89	-13.185,4	-13.107,0	-13.069,9	-12.513,0	-10.896,5	-10.999,4	-10.587,6	-10.572,7	-10.500,4	-10.351,1	-10.092,6	-10.265,7	-9.683,7
Bônus Renegociação	-24.939,6	-25.158,6	-25.368,0	-23.860,1	-20.386,1	-21.008,6	-20.121,3	-20.559,1	-20.514,7	-20.302,2	-19.612,0	-20.246,0	-19.716,8
Lei 8.727/93	-46.384,8	-46.602,5	-46.842,2	-47.050,1	-47.215,1	-47.384,6	-47.436,1	-47.477,5	-47.561,0	-47.637,9	-47.749,2	-47.792,1	-47.806,2
Lei 9.496/97	-190.405,9	-194.297,2	-198.010,5	-201.781,0	-205.358,4	-206.088,3	-205.385,1	-204.439,1	-204.622,2	-206.112,1	-208.972,6	-210.416,9	-211.717,4
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-27.033,5	-27.647,2	-28.323,9	-28.854,7	-29.401,8	-29.640,4	-29.728,5	-29.883,6	-30.019,0	-30.275,0	-30.309,1	-30.526,3	-30.792,1
Recebíveis das Estatais	-30.726,9	-31.287,4	-31.850,5	-31.814,3	-30.512,4	-30.753,5	-30.935,3	-32.422,1	-32.845,2	-32.974,6	-32.571,9	-33.329,4	-33.704,1
Outros	-40.537,0	-42.486,1	-42.694,8	-43.166,8	-43.538,2	-43.183,2	-43.000,5	-43.460,7	-42.677,0	-43.028,5	-43.225,7	-43.767,0	-43.869,4
Fat	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8	-84.311,9	-83.188,5	-85.105,9	-86.233,4	-86.015,9	-87.148,3	-88.070,8	-88.843,3
Demais Entidades	-31.113,9	-33.699,2	-34.307,1	-35.433,3	-36.211,8	-36.422,5	-36.931,2	-38.038,8	-38.831,2	-38.873,9	-39.492,4	-39.914,4	-41.017,9
Créditos das Operações Oficiais	-14.738,5	-14.192,4	-14.249,1	-13.474,5	-12.037,8	-12.242,6	-11.954,6	-12.326,9	-12.079,1	-12.457,2	-12.738,7	-13.219,1	-13.563,9
Arrecadação a Recolher	-776,0	-7.038,6	-5.244,5	-4.520,9	-8.649,9	-4.860,9	-3.414,3	-6.025,0	-4.166,0	-5.387,2	-7.307,9	-5.458,8	-3.835,8
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>262.688,9</b>	<b>262.654,1</b>	<b>264.538,0</b>	<b>248.698,4</b>	<b>212.159,1</b>	<b>223.006,4</b>	<b>217.124,3</b>	<b>222.927,5</b>	<b>216.555,0</b>	<b>218.852,9</b>	<b>218.532,1</b>	<b>226.356,5</b>	<b>221.534,3</b>
Dívida Mobiliária	200.667,7	200.986,8	203.367,9	189.793,7	161.393,2	169.781,7	167.339,2	172.309,4	166.861,8	167.657,4	167.760,7	173.813,1	171.614,0
Títulos Depositados em Garantias	-6.442,1	-6.393,5	-6.697,7	-6.156,8	-5.407,5	-5.925,6	-5.615,4	-5.099,8	-5.201,9	-3.737,6	-3.522,2	-3.662,0	-3.649,4
Dívida Contratual	69.554,3	69.171,0	69.004,9	66.188,9	57.220,7	60.119,1	56.406,1	56.659,8	55.869,2	55.879,4	55.210,3	57.119,6	54.439,2
Disponibilidades	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>332.183,0</b>	<b>331.701,7</b>	<b>337.302,5</b>	<b>333.946,7</b>	<b>299.340,6</b>	<b>329.994,8</b>	<b>340.618,4</b>	<b>360.348,1</b>	<b>362.231,4</b>	<b>373.959,1</b>	<b>380.835,0</b>	<b>396.372,3</b>	<b>392.585,5</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>24,7%</b>	<b>24,3%</b>	<b>24,5%</b>	<b>24,0%</b>	<b>21,3%</b>	<b>23,2%</b>	<b>23,7%</b>	<b>24,8%</b>	<b>24,8%</b>	<b>25,3%</b>	<b>25,4%</b>	<b>26,1%</b>	<b>25,7%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

**TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Dez/2002	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2003
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>200.667,7</b>	<b>200.986,8</b>	<b>203.367,9</b>	<b>189.793,7</b>	<b>161.393,2</b>	<b>169.781,7</b>	<b>167.339,2</b>	<b>172.309,4</b>	<b>166.861,8</b>	<b>167.657,4</b>	<b>167.760,7</b>	<b>173.813,1</b>	<b>171.614,0</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>65.418,4</b>	<b>65.279,6</b>	<b>65.972,0</b>	<b>62.030,1</b>	<b>52.310,6</b>	<b>53.680,6</b>	<b>51.986,3</b>	<b>53.678,8</b>	<b>49.810,4</b>	<b>49.041,2</b>	<b>46.778,4</b>	<b>48.304,8</b>	<b>47.318,9</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	1.203,7	1.201,1	1.213,8	1.090,3	939,7	964,3	933,9	964,3	964,6	905,3	884,5	913,4	894,8
Par Bond (PB)	7.025,4	7.010,5	7.084,9	6.667,1	5.745,9	5.896,6	5.710,5	5.896,4	4.566,1	4.499,7	4.396,3	4.539,7	4.447,1
Discount Bond (DB)	7.706,2	7.689,9	7.771,4	7.313,2	6.302,7	6.466,0	6.261,9	6.465,7	3.980,7	3.922,6	3.832,4	3.957,5	3.876,7
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	2.145,0	2.140,4	2.163,1	2.035,6	1.619,4	1.661,8	1.609,4	1.661,8	1.662,4	1.638,2	1.467,2	1.515,1	1.484,1
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	23.106,4	23.057,4	23.301,9	21.928,0	18.898,2	19.393,9	18.781,8	19.393,2	19.399,8	19.117,9	18.678,4	19.287,9	18.894,2
Debt Conversion Bond (DCB)	13.345,8	13.317,5	13.458,8	12.665,2	10.915,2	11.201,6	10.848,0	11.201,2	11.138,1	10.976,3	10.723,9	11.073,9	10.847,8
New Money Bond (NMB)	4.784,4	4.774,3	4.824,9	4.540,4	3.612,1	3.706,8	3.589,8	3.706,7	3.708,0	3.654,1	3.272,6	3.379,4	3.310,4
Eligible Interest (EI)	6.101,5	6.088,5	6.153,1	5.790,3	4.277,3	4.389,5	4.251,0	4.389,4	4.390,9	4.327,1	3.523,0	3.638,0	3.563,7
<b>I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO</b>	<b>135.249,3</b>	<b>135.707,2</b>	<b>137.395,8</b>	<b>127.763,5</b>	<b>109.082,6</b>	<b>116.101,1</b>	<b>115.352,9</b>	<b>118.630,7</b>	<b>117.051,4</b>	<b>118.616,2</b>	<b>120.982,3</b>	<b>125.508,2</b>	<b>124.295,1</b>
Bônus Marco Alemão 2007	1.892,4	1.941,8	1.970,4	1.874,6	1.653,7	1.788,9	1.681,7	1.706,5	1.652,7	1.700,5	1.706,8	1.809,6	1.866,5
Bônus Global 2027	12.366,6	12.340,3	12.471,2	11.735,9	10.114,3	10.379,6	10.052,0	10.379,3	10.382,8	10.231,9	9.996,7	10.322,9	10.112,2
Bônus Euroira	1.433,6	1.471,0	1.492,6	1.420,1	1.252,8	1.355,2	1.274,0	1.292,7	1.288,2	1.252,0	1.293,0	1.370,8	1.414,0
Bônus Eurosterling 2007	854,1	871,5	842,3	796,9	693,5	728,5	711,4	717,4	700,5	718,0	729,7	761,9	777,4
Bônus Euro 2003	1.759,6	1.898,9	1.926,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Marco Alemão 2008	1.419,3	1.456,3	1.477,8	1.406,0	1.240,3	1.341,7	1.261,3	1.279,8	1.239,5	1.275,4	1.280,1	1.357,2	1.399,9
Bônus Global 2008	8.833,3	8.814,5	8.908,0	8.382,8	7.224,5	7.414,0	7.180,0	7.413,8	7.416,3	7.308,5	7.140,5	7.373,5	7.223,0
Bônus Global 2004	10.599,9	10.577,4	10.689,6	10.059,3	8.669,4	8.896,8	8.616,0	8.896,5	8.899,5	8.770,2	8.568,6	8.848,2	8.667,6
Bônus Euro 2004	1.813,6	1.860,9	1.888,3	1.796,6	1.584,9	1.714,4	1.611,7	1.635,4	1.583,9	1.629,7	1.635,8	1.734,2	1.788,8
Bônus Global 2009	7.066,6	7.051,6	7.126,4	6.706,2	5.779,6	5.931,2	5.744,0	5.931,0	5.933,0	5.846,8	5.712,4	5.898,8	5.778,4
Bônus Euro 2006	2.546,4	2.612,9	2.651,4	2.522,5	2.225,3	2.407,2	2.263,0	2.296,2	2.223,9	2.288,2	2.296,7	2.435,0	2.511,6
Bônus Global 2020	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.965,5	2.923,4	2.856,2	2.949,4	2.889,2
Bônus Euro 2010	2.775,9	2.848,3	2.890,3	2.749,8	2.425,8	2.624,1	2.466,9	2.503,2	2.424,3	2.494,4	2.503,7	2.654,5	2.737,9
Bônus Global 2030	5.653,3	5.641,3	5.701,1	5.365,0	4.623,7	4.745,0	4.595,2	4.744,8	4.746,4	4.677,4	4.569,9	4.719,0	4.622,7
Bônus Samurai 2003	7.728,3	7.636,0	7.830,6	7.375,7	4.850,2	4.961,3	4.795,4	4.912,2	-	-	-	-	-
Bônus Euro 2005	4.582,1	4.701,7	4.770,9	4.539,1	4.004,2	4.331,5	4.072,0	4.131,9	4.001,7	4.117,4	4.132,8	4.381,6	4.519,4
Bônus Global 2007	5.300,0	5.288,7	5.344,8	5.029,7	4.334,7	4.448,4	4.308,0	4.448,3	4.449,8	4.385,1	4.284,3	4.424,1	4.333,8
Bônus Global 2040	18.222,3	18.183,6	18.376,5	17.293,0	14.903,6	15.294,5	14.811,8	15.294,0	15.299,2	15.076,9	14.730,3	15.211,0	14.900,5
Bônus Euro 2007	2.775,9	2.848,3	2.890,3	2.749,8	2.425,8	2.624,1	2.466,9	2.503,2	2.424,3	2.494,4	2.503,7	2.654,5	2.737,9
Bônus Samurai 2006	1.783,5	1.762,2	1.807,1	1.702,1	1.455,1	1.488,4	1.438,6	1.473,7	1.514,3	1.537,2	1.581,1	1.612,6	1.617,5
Bônus Global 2006	5.300,0	5.288,7	5.344,8	5.029,7	4.334,7	4.448,4	4.308,0	4.448,3	4.449,8	4.385,1	4.284,3	4.424,1	4.333,8
Bônus Euro 2011	3.701,2	3.797,8	3.853,7	3.666,4	3.234,4	3.498,8	3.289,2	3.337,6	3.232,4	3.325,9	3.338,3	3.539,3	3.650,6
Bônus Global 2024	7.596,6	7.580,5	7.660,9	7.209,2	6.213,1	6.376,0	6.174,8	6.375,8	8.824,5	8.696,2	8.496,3	8.773,6	8.594,5
Bônus Samurai 2007	2.377,9	2.349,5	2.409,4	2.269,5	1.940,1	1.984,5	1.918,2	1.964,9	2.019,1	2.049,6	2.108,2	2.150,2	2.156,6
Bônus Global 2005	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.966,5	2.923,4	2.856,2	2.949,4	2.889,2
Bônus Global 2012	4.416,6	4.407,3	4.454,0	4.191,4	3.612,3	3.707,0	3.590,0	3.706,9	3.708,1	3.654,3	3.570,3	3.686,8	3.611,5
Euro Bond 2009	1.850,6	1.898,9	1.926,9	1.833,2	1.617,2	1.749,4	1.644,6	1.668,8	1.616,2	1.662,9	1.669,1	1.769,6	1.825,3
Bônus Global 2013	-	-	-	-	-	-	3.590,0	3.706,9	3.708,1	3.654,3	3.570,3	3.686,8	3.611,5
Bônus Global 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	1.483,3	3.654,3	3.570,3	3.686,8	3.611,5
Bônus Global 2010	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.966,5	2.923,4	2.856,2	2.949,4	2.889,2
<b>II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-6.442,1</b>	<b>-6.393,5</b>	<b>-6.697,7</b>	<b>-6.156,8</b>	<b>-5.407,5</b>	<b>-5.925,6</b>	<b>-5.615,4</b>	<b>-5.099,8</b>	<b>-5.201,9</b>	<b>-3.737,6</b>	<b>-3.522,2</b>	<b>-3.662,0</b>	<b>-3.649,4</b>
<b>III. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>69.554,3</b>	<b>69.171,0</b>	<b>69.004,9</b>	<b>66.188,9</b>	<b>57.220,7</b>	<b>60.119,1</b>	<b>56.406,1</b>	<b>56.659,8</b>	<b>55.869,2</b>	<b>55.879,4</b>	<b>55.210,3</b>	<b>57.119,6</b>	<b>54.439,2</b>
<b>IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-1.090,9</b>	<b>-1.110,2</b>	<b>-1.137,1</b>	<b>-1.127,4</b>	<b>-1.047,3</b>	<b>-968,8</b>	<b>-1.005,6</b>	<b>-941,9</b>	<b>-974,0</b>	<b>-946,4</b>	<b>-916,7</b>	<b>-914,2</b>	<b>-869,5</b>
<b>V. TOTAL (I+II+III+IV)</b>	<b>262.688,9</b>	<b>262.654,1</b>	<b>264.538,0</b>	<b>248.698,4</b>	<b>212.159,1</b>	<b>223.006,4</b>	<b>217.124,3</b>	<b>222.927,5</b>	<b>216.555,0</b>	<b>218.852,9</b>	<b>218.532,1</b>	<b>226.356,5</b>	<b>221.534,3</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB</b>	<b>19,5%</b>	<b>19,3%</b>	<b>19,2%</b>	<b>17,8%</b>	<b>15,1%</b>	<b>15,7%</b>	<b>15,1%</b>	<b>15,4%</b>	<b>14,8%</b>	<b>14,8%</b>	<b>14,6%</b>	<b>14,9%</b>	<b>14,5%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL**

R\$ milhões

	Dez/2002	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2003
<b>DIVIDA MOBILIARIA TOTAL</b>	<b>840.972,1</b>	<b>872.999,6</b>	<b>888.560,4</b>	<b>898.891,6</b>	<b>899.117,2</b>	<b>923.238,8</b>	<b>935.539,1</b>	<b>960.282,5</b>	<b>969.585,3</b>	<b>991.422,5</b>	<b>1.001.757,7</b>	<b>1.008.973,6</b>	<b>982.224,4</b>
<b>I. Dívida em Mercado</b>	<b>557.205,4</b>	<b>575.019,4</b>	<b>584.485,6</b>	<b>600.951,0</b>	<b>604.538,0</b>	<b>623.511,6</b>	<b>635.669,3</b>	<b>657.069,6</b>	<b>664.970,3</b>	<b>677.827,3</b>	<b>690.957,9</b>	<b>702.513,0</b>	<b>705.176,6</b>
Dívida Securitizada	21.116,1	21.214,9	21.500,7	23.222,3	23.491,1	23.715,4	23.738,1	23.869,8	23.362,8	23.197,7	24.020,9	22.788,7	21.736,4
Certificados de Privatização	7,5	7,7	7,8	8,0	8,1	8,2	8,4	8,5	8,7	8,8	8,9	8,9	9,0
TDA	2.005,1	1.999,9	1.986,8	1.981,1	1.993,1	2.110,1	2.080,0	2.071,7	2.057,3	2.044,0	2.058,5	2.015,1	1.933,3
LTN	13.583,6	12.118,2	12.720,7	15.575,8	12.201,2	21.489,8	29.914,8	43.421,0	51.588,3	63.995,8	70.985,4	85.216,6	91.309,9
LFT	356.026,5	375.453,2	381.234,3	396.819,0	413.909,0	421.656,9	427.736,1	436.437,7	438.867,0	438.764,9	443.403,9	439.395,6	433.346,5
LFT-A	3.209,0	3.248,3	3.283,5	3.318,6	3.353,8	3.393,9	3.430,6	3.475,3	3.509,6	3.540,8	3.570,6	3.589,9	3.610,2
LFT-B	12.735,4	12.752,4	12.620,6	12.254,3	12.410,1	12.178,8	11.781,8	11.631,0	8.422,6	7.855,1	7.507,7	7.455,6	6.494,0
NTN-A	15.924,8	15.918,7	16.112,8	15.148,9	12.952,5	13.319,7	12.927,9	13.374,4	13.406,4	13.194,7	12.772,8	13.216,2	12.975,3
NTN-B	10.698,5	9.347,3	9.745,0	9.851,8	9.979,0	10.838,9	10.862,3	10.933,9	11.055,0	13.643,1	15.618,2	15.765,9	18.049,9
NTN-C	47.229,8	47.877,9	50.031,3	51.907,5	53.177,9	54.257,5	53.870,4	53.259,8	54.280,9	56.636,8	57.837,5	58.810,3	61.897,4
NTN-D	49.893,5	49.610,6	50.150,5	45.973,7	36.875,1	36.331,0	35.626,0	34.528,7	34.510,5	31.397,8	29.651,7	30.655,0	30.110,1
NTN-F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	449,0
NTN-H	163,9	164,7	165,4	166,0	166,7	167,5	168,2	169,0	169,8	170,3	170,8	171,2	171,5
NTN-I	1.711,8	1.675,4	1.656,9	1.528,2	1.315,5	1.348,2	1.101,7	1.285,1	1.266,3	1.225,8	1.317,4	1.371,2	1.601,9
NTN-P	2.443,6	2.467,4	2.489,7	2.511,5	2.534,2	2.549,0	2.572,3	2.598,8	2.550,2	2.571,2	2.591,9	2.609,3	2.626,9
CFT-A	13.146,1	13.359,9	13.555,2	13.634,5	13.660,7	13.532,5	13.332,5	13.358,8	13.293,4	13.004,2	12.993,3	12.859,9	12.327,2
CFT-D	3.726,6	3.583,5	3.611,6	3.389,1	2.912,6	2.980,6	2.878,3	2.963,5	2.956,0	2.904,5	2.829,5	2.913,0	2.845,1
Demais	3.583,8	4.219,6	3.612,8	3.660,8	3.597,3	3.633,6	3.639,9	3.682,6	3.665,4	3.671,9	3.619,0	3.670,6	3.683,2
<b>II. Dívida com BACEN</b>	<b>283.766,7</b>	<b>297.980,2</b>	<b>304.074,8</b>	<b>297.940,6</b>	<b>294.579,3</b>	<b>299.727,2</b>	<b>299.869,9</b>	<b>303.212,9</b>	<b>304.615,1</b>	<b>313.595,2</b>	<b>310.799,8</b>	<b>306.460,6</b>	<b>277.047,8</b>
LTN	45.725,0	47.916,1	49.501,2	50.997,4	51.231,1	57.278,6	68.076,3	81.984,8	93.211,8	106.034,3	100.576,7	102.217,9	100.893,8
LFT	141.438,1	153.890,7	157.362,6	155.649,7	163.552,9	161.388,1	153.541,5	141.396,4	131.703,1	128.868,7	130.495,7	122.708,0	96.603,3
NTN-D	90.102,1	89.579,1	90.493,4	84.481,3	72.922,5	74.264,8	71.749,2	73.472,7	73.503,0	70.143,3	66.289,6	68.303,7	66.692,1
Demais	6.501,5	6.594,4	6.717,6	6.812,1	6.872,7	6.795,8	6.502,8	6.359,0	6.197,2	8.548,9	13.437,8	13.230,9	12.858,6
<b>Dívida em Mercado/PIB</b>	<b>41,4%</b>	<b>42,2%</b>	<b>42,4%</b>	<b>43,1%</b>	<b>43,0%</b>	<b>43,8%</b>	<b>44,2%</b>	<b>45,3%</b>	<b>45,4%</b>	<b>45,8%</b>	<b>46,0%</b>	<b>46,3%</b>	<b>46,1%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



**TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES**

R\$ milhões

	Dez/2002	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2003
<b>I. INTERNA</b>	<b>-110.307,8</b>	<b>-115.124,5</b>	<b>-116.798,7</b>	<b>-119.231,5</b>	<b>-119.722,6</b>	<b>-120.734,4</b>	<b>-120.119,7</b>	<b>-123.144,7</b>	<b>-125.064,6</b>	<b>-124.889,8</b>	<b>-126.640,7</b>	<b>-127.985,2</b>	<b>-129.861,2</b>
Dívida contratual	864,9	844,8	852,9	812,4	727,6	732,4	691,9	705,8	704,3	701,8	689,1	709,5	487,3
FAT	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8	-84.311,9	-83.188,5	-85.105,9	-86.233,4	-86.015,9	-87.148,3	-88.070,8	-88.843,3
Aplicações financeiras	-3.490,4	-3.588,2	-3.689,2	-4.007,2	-4.309,7	-4.131,7	-4.316,5	-4.365,7	-4.577,3	-4.524,4	-4.764,2	-4.601,1	-4.254,8
Fundos Regionais	-20.362,3	-20.503,3	-20.625,1	-21.373,1	-21.511,8	-21.989,5	-22.182,4	-23.086,9	-23.532,7	-23.889,2	-24.157,2	-24.565,0	-24.873,1
Demais	-8.126,1	-10.452,6	-10.845,7	-10.865,5	-11.117,9	-11.033,7	-11.124,2	-11.292,0	-11.425,6	-11.162,0	-11.260,2	-11.457,7	-12.377,3
<b>II. EXTERNA</b>	<b>-1.090,9</b>	<b>-1.110,2</b>	<b>-1.137,1</b>	<b>-1.127,4</b>	<b>-1.047,3</b>	<b>-968,8</b>	<b>-1.005,6</b>	<b>-941,9</b>	<b>-974,0</b>	<b>-946,4</b>	<b>-916,7</b>	<b>-914,2</b>	<b>-869,5</b>
Disponibilidades	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)</b>	<b>-111.398,8</b>	<b>-116.234,7</b>	<b>-117.935,8</b>	<b>-120.358,9</b>	<b>-120.769,9</b>	<b>-121.703,2</b>	<b>-121.125,4</b>	<b>-124.086,6</b>	<b>-126.038,6</b>	<b>-125.836,2</b>	<b>-127.557,4</b>	<b>-128.899,4</b>	<b>-130.730,7</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>-8,3%</b>	<b>-8,5%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,5%</b>	<b>-8,5%</b>	<b>-8,5%</b>	<b>-8,5%</b>

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

**COMENTÁRIOS**

No mês de dezembro de 2003, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram crescimento nominal de 4% em relação às transferências ocorridas no mês de novembro.

De janeiro a dezembro de 2003, foram distribuídos a título de FPE/FPM, R\$ 44,4 bilhões contra R\$ 42,7 bilhões no mesmo período do ano de 2002, não excluída a parcela de 15% para o FUNDEF, com crescimento nominal de 4% (quatro por cento).

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes as distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar:

- > Governo
- > DAF-Distribuição da Arrecadação Federal

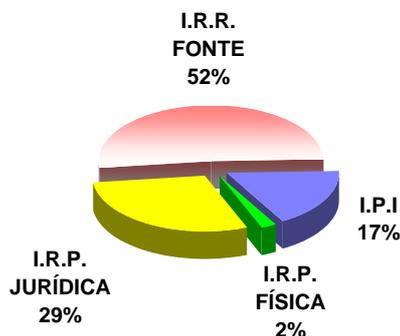
Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (0xx61) 412-3116, 412-3023 e da central da telefonica (61)481-8000.

Com vistas ao cumprimento do disposto na Portaria nº 447, de 13 de setembro de 2002-DOU de 18/09/2002, informamos que o repasse dos Fundos de Participação creditado no dia 09 de janeiro de 2004 deverá ser contabilizado como receita do exercício de 2004.

**COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS**

Em **dezembro** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

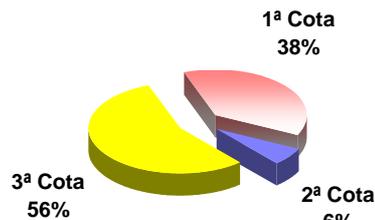
**BASE DE CÁLCULO DO FPM**  
**FPE FNO FNE FCO**



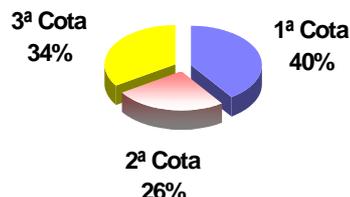
**DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS**

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

**FPE/FPM/FNE/FNO/FCO**



**IPI-EXP**



**DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE**

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	DEZ	NOV	JAN A DEZ	DEZ/03 NOV/03	DEZ/03 DEZ/02	JAN A DEZ/03 JAN A DEZ/02
2002	1.872,6	1.909,0	21.876,1	-	-	-
2003	2.000,9	1.916,5	22.756,2	+4,0 %	+6,8 %	+4,0 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	DEZ	NOV	JAN A DEZ	DEZ/03 NOV/03	DEZ/03 DEZ/02	JAN A DEZ/03 JAN A DEZ/02
2002	1.786,6	1.824,2	20.873,6	-	-	-
2003	1.909,3	1.831,3	21.714,9	+4,0%	+6,8%	+4,0 %

(\*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

**PREVISTO X REALIZADO**

De acordo com a Portaria STN 616/02 os créditos no mês de **dezembro** foram efetuados nas seguintes datas: **10/12, 19/12 e 30/12**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
DEZ	+4,5 %	+4,0%	+4,5%	+4,0%	-5,0%	+7,2%

## DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de novembro a 20 de dezembro, conforme demonstrativo abaixo: R\$

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1) (2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Nov	482,2	4.386,6	4.868,8						
<b>DEZ/2003</b>	<b>1.894,0</b>	<b>7.161,9</b>	<b>9.055,9</b>	<b>DEZ/2003</b>	<b>8.861,7</b>	<b>1.619,5</b>	<b>1.694,8</b>	<b>147,1</b>	<b>610,8</b>
1º Dec./Dez.	761,6	2.658,6	3.420,3	3º Dec./Nov.	4.868,8	889,8	931,2	41,0	328,6
2º Dec./Dez.	487,2	85,4	572,6	1º Dec./Dez.	3.420,3	625,1	654,1	64,7	237,2
3º Dec./Dez.	645,2	4.417,9	5.063,1	2º Dec./Dez.	572,6	104,6	109,5	41,4	45,1

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

### DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	9.334,07	55.522,09	11,10	11.483,48
AL	40.293,50	67.517,53	363,76	19.424,83
AM	23.745,50	45.287,59	5.064,13	13.478,03
AP	6.421,97	55.376,03	16,36	10.230,45
BA	153.859,95	152.498,31	7.688,11	80.713,13
CE	88.784,09	119.076,31	1.858,43	37.658,93
DF	3.641,49	11.201,80	4,45	2.943,20
ES	30.063,43	24.344,68	5.695,69	12.307,22
GO	62.351,47	46.142,90	1.280,80	19.904,50
MA	68.434,33	117.149,83	1.359,82	67.696,30
MG	221.327,68	72.295,58	16.872,53	59.940,87
MS	25.827,95	21.618,07	1.090,21	9.057,72
MT	32.300,72	37.456,72	1.076,45	13.274,32
PA	61.365,43	99.196,45	6.362,57	47.983,70
PB	54.811,49	77.722,82	526,62	23.596,01
PE	86.496,03	111.988,76	990,98	33.773,75
PI	42.084,67	70.135,39	99,29	19.740,87
PR	115.037,93	46.793,72	16.441,31	35.481,91
RJ	50.153,00	24.794,24	11.433,86	17.583,32
RN	42.044,79	67.806,42	532,92	19.624,00
RO	15.332,92	45.696,58	186,13	10.902,24
RR	8.092,08	40.261,23	16,46	8.551,10
RS	114.988,82	38.217,90	23.956,89	35.242,18
SC	66.304,41	20.770,88	15.106,84	19.464,72
SE	25.925,88	67.439,63	74,14	16.589,27
SP	225.922,73	16.229,79	29.528,67	59.561,08
TO	25.854,40	70.437,27	4,80	17.024,89
<b>TOTAL</b>	<b>1.700.800,75</b>	<b>1.622.978,50</b>	<b>147.643,34</b>	<b>723.232,00</b>

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

### ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Jan/Dez	Fev/Jan	Mar/Fev
<b>FPM/FPE/FNE/FNO/FCO</b>	<b>+8,3%</b>	<b>-2,3%</b>	<b>-10,0%</b>
<b>IPI-EXP</b>	<b>-21,7%</b>	<b>+6,0%</b>	<b>-5,0%</b>

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

### DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Fev/2003	25/03/03	Jun/2003	31/07/03
Mar/2003	28/04/03	Jul/2003	21/08/03
Abr/2003	27/05/03	Ago/2003	30/09/03
Mai/2003	24/06/03	Set/2003	13/11/03
Jan a Jun/03	31/07/03	Out/2003	31/12/03

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de dezembro de 2002, a Portaria STN 616, de 18 de dezembro de 2002, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2003.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (061) 412.3116/3023 Fax: (061) 412.1580

Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

#### COMPORTAMENTO NO MÊS

Em dezembro de 2003, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.415,9 milhões contra R\$ 2.127,1 milhões no mês de novembro, com crescimento nominal de 13,6%.

Contribuíram para esse incremento o bom comportamento das transferências dos Fundos de Participação (FPE/FPM) e o excelente crescimento da arrecadação do ICMS em 15,3%.

Em 2003 as transferências para o FUNDEF atingiram o montante de R\$ 25,1 bilhões contra R\$ 22,9 bilhões em 2002, com crescimento nominal de 9,6%.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes as distribuições de cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar:

-> Governo

-> DAF-Distribuição da Arrecadação Federal

Origens	novembro		dezembro		Dez/ Nov
	Partic.	Partic.	Partic.	Partic.	
FPM	285.236,3	13,4%	297.395,6	12,3%	4,3%
FPE	274.698,7	12,9%	286.407,6	11,9%	4,3%
IPI-EXP	24.223,6	1,1%	26.054,2	1,1%	7,6%
LC 87/96	39.782,7	1,9%	39.783,7	1,6%	0,0%
LC 102/00					
Compl. União	39.499,5	1,9%	78.998,9	3,3%	-
ICMS	1.463.698,9	68,8%	1.687.338,5	69,8%	15,3%
<b>Total</b>	<b>2.127.139,7</b>	<b>100%</b>	<b>2.415.978,5</b>	<b>100%</b>	<b>13,6%</b>

R\$ Mil

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

#### DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao Fundef podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 410-8648, 410-9270, 410-9295
- por meio do Fax (61) 410-9283;
- por meio de e-mail: [fundef@sef.mec.gov.br](mailto:fundef@sef.mec.gov.br) ;
- por correspondência endereçada ao:

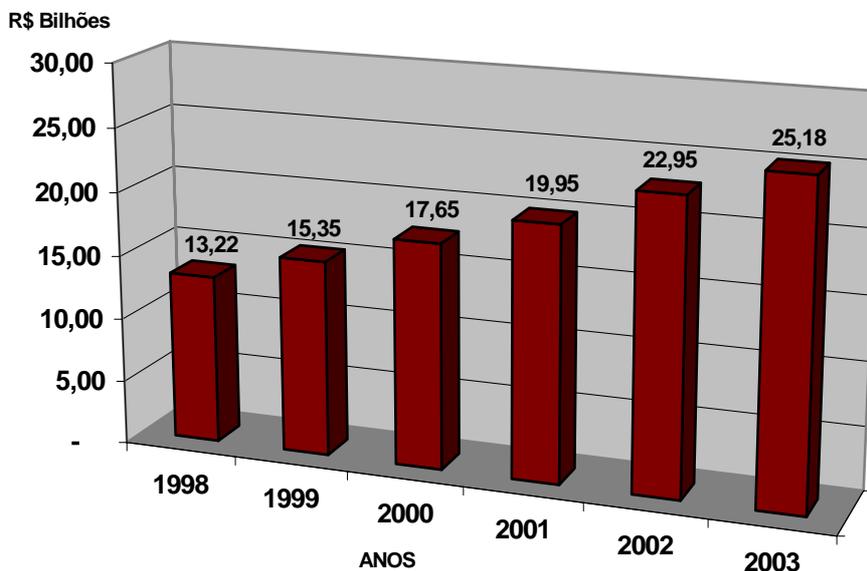
Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC  
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501  
70.047-900 – Brasília - DF Coordenação-Geral de Programação

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116//3023 Fax: (61) 412. 1580  
Email: [copem.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:copem.df.stn@fazenda.gov.br)

#### EVOLUÇÃO DO FUNDEF - 1998 a 2003

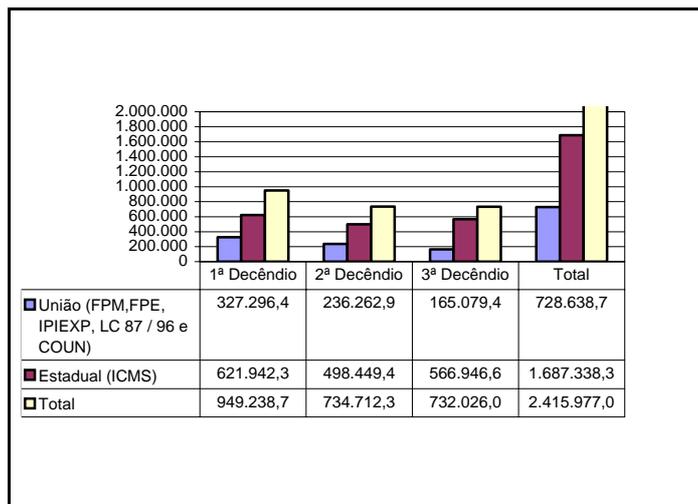
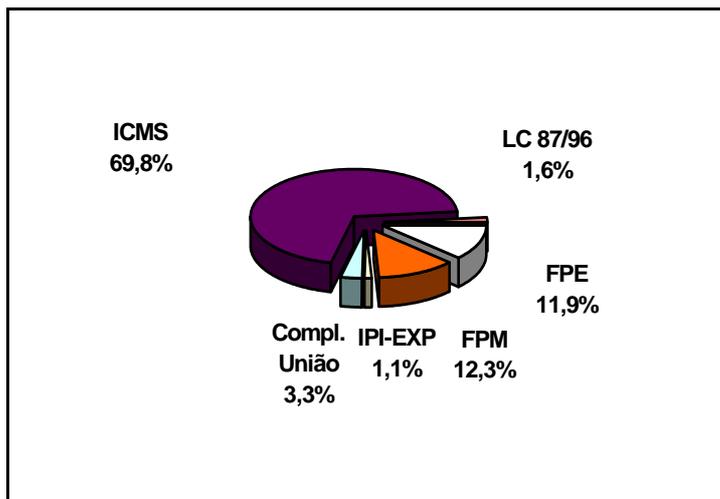
Desde a sua implantação, em 1998, o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, vem apresentando transferências de valores crescentes, em valores nominais, conforme se verifica no gráfico abaixo.



## FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

## FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



## DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - DEZEMBRO/2003 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	142.334	9.798	1.647	2	0	36	3.130	14.613	102,7	1.136,6
AL	674.791	11.915	7.111	64	0	335	12.324	31.749	47,0	499,0
AM	698.347	7.992	4.190	894	0	402	28.259	41.737	59,8	692,3
AP	122.638	9.773	1.133	3	0	163	2.080	13.152	107,2	1.203,5
BA	3.440.155	26.911	27.152	1.357	23.811	1.483	67.073	147.786	43,0	464,1
CE	1.666.055	21.013	15.668	328	0	650	29.968	67.627	40,6	497,0
DF(2)	304.072	1.977	643	1	0	323	0	2.943	9,7	110,9
ES	517.896	4.296	5.305	1.005	0	1.701	39.493	51.800	100,0	992,8
GO	992.400	8.143	11.003	226	0	532	41.071	60.976	61,4	763,1
MA	1.529.025	20.674	12.077	240	34.037	670	12.381	80.078	52,4	443,6
MG	3.308.674	12.758	39.058	2.978	0	5.148	137.787	197.728	59,8	718,6
MS	447.658	3.815	4.558	192	0	493	23.664	32.721	73,1	792,1
MT	567.420	6.610	5.700	190	0	774	32.940	46.214	81,4	893,4
PA	1.559.147	17.505	10.829	1.123	16.786	1.741	26.556	74.540	47,8	480,4
PB	794.932	13.716	9.673	93	0	115	12.801	36.397	45,8	531,5
PE	1.577.542	19.763	13.299	175	0	538	35.546	69.320	43,9	517,6
PI	730.910	12.376	7.428	17	4.366	121	8.407	32.714	44,8	454,4
PR	1.573.023	8.258	20.301	2.901	0	4.022	96.311	131.793	83,8	913,4
RJ	2.011.227	4.375	8.851	2.018	0	2.340	154.863	172.446	85,7	936,4
RN	567.686	11.966	7.420	94	0	144	19.236	38.860	68,5	707,3
RO	299.607	8.064	2.706	33	0	99	11.149	22.051	73,6	848,1
RR	74.129	7.105	1.428	3	0	15	1.766	10.317	139,2	1.601,9
RS	1.579.414	6.744	20.264	4.228	0	4.006	166.877	202.120	128,0	1.131,7
SC	887.879	3.665	11.701	2.666	0	1.433	61.644	81.109	91,4	1.043,4
SE	389.133	11.901	4.575	13	0	100	8.957	25.546	65,6	772,7
SP	5.244.645	2.864	39.116	5.211	0	12.370	645.081	704.642	134,4	1.276,1
TO	279.768	12.430	4.563	1	0	31	7.973	24.998	89,4	967,5
<b>Total</b>	<b>31.980.507</b>	<b>286.408</b>	<b>297.396</b>	<b>26.054</b>	<b>78.999</b>	<b>39.784</b>	<b>1.687.339</b>	<b>2.415.979</b>	<b>75,5</b>	<b>787,0</b>

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.477, de 12.12.2002. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.